MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

INCRA

IICA-Tropicos

SEMINÁRIO SOBRE SISTEMAS DE COLONIZAÇÃO NA AMAZÔNIA

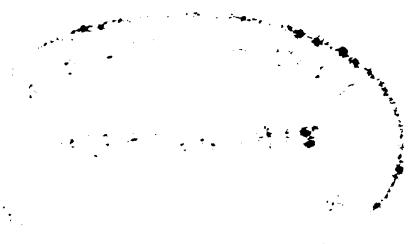
(TRÓPICO ÚMIDO)

I5978s 1972

Belém e Altamira, Estado do Pará

BRASIL - Novembro 6 a 11, 1972

Digitized by Google



Digitized by Google

BRASIL 307.1412 I59785 1972

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA
Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
(INCRA)

INSTITUTO INTERAMERICANO DE CIÊNCIAS AGRÍCOLAS DA OEA
Programa Cooperativo para o Desenvolvimento do Trópico Americano
(IICA-TRÓPICOS)

SEMINÁRIO SOBRE SISTEMAS DE COLONIZAÇÃO NA AMAZÔNIA (TRÓPICO ÚMIDO)

RELATÓRIO PRELIMINAR

IICA - CIRA
BIBLIOTECA

Belém e Altamira, Pará, Brasil
6 a 11 de novembro de 1972

Digitized by Google

IICA
C719-B
1972

Digitized by Google

CONTEÚDO

Pág.

1. PARTICIPANTES 1.1

REPRESENTANTES DOS GOVERNOS 1.1

REPRESENTANTES DE ORGANISMOS INTERNACIONAIS 1.3

CONVIDADOS ESPECIAIS 1.6

OBSERVADORES NACIONAIS 1.8

2. TEMÁRIO 2.1

3. REGULAMENTO 3.1

4. CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES 4.1

5. SÍNTESE DOS TRABALHOS 5.1

SESSÃO DE ABERTURA 5.1

INSTALAÇÃO DA MESA DIRETIVA 5.2

RELATÓRIOS DOS PAÍSES 5.3

Bolívia 5.3

Brasil 5.4

Colombia 5.10

Equador 5.12

Perú 5.14

Venezuela 5.16

✓ ASPECTOS RELEVANTES E COMUNS DOS PROGRAMAS DE COLONIZAÇÃO DOS PAÍSES AMAZÔNICOS (TRÓPICO ÚMIDO) 5.17

EXPERIÊNCIAS DE COLONIZAÇÃO EM OUTRAS ÁREAS NÃO AMAZÔNICAS .. 5.21

Paraguai 5.21

Indonésia e Malásia 5.22

América Central e Panamá 5.23

POLÍTICAS DE FINANCIAMENTO DE PROJETOS DE COLONIZAÇÃO, DO BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO (BID) 5.25

Digitized by Google

Digitized by Google

Pág.

ASPECTOS DE SAÚDE NA COLONIZAÇÃO 5.27

APRESENTAÇÃO DO DOCUMENTO BÁSICO PARA DISCUSSÃO 5.28

Tema 1: A Pesquisa Agrícola na Amazônia 5.28

Tema 2: Alternativas do Uso dos Solos Amazônicos 5.30

Tema 3: Infra-Estrutura Viária em Programas de Colonização 5.32

Tema 4: Planejamento Físico 5.33

Tema 5: Organização da Produção e da Comercialização 5.35

Tema 6: Assistência Técnica em Programas de Colonização na Amazônia 5.36

Tema 7: Assistência Creditícia em Programas de Colonização 5.37

Tema 8: Coordenação Institucional em Programas de Colonização 5.39

ELABORAÇÃO DAS CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES (GRUPOS DE TRABALHO) 5.42

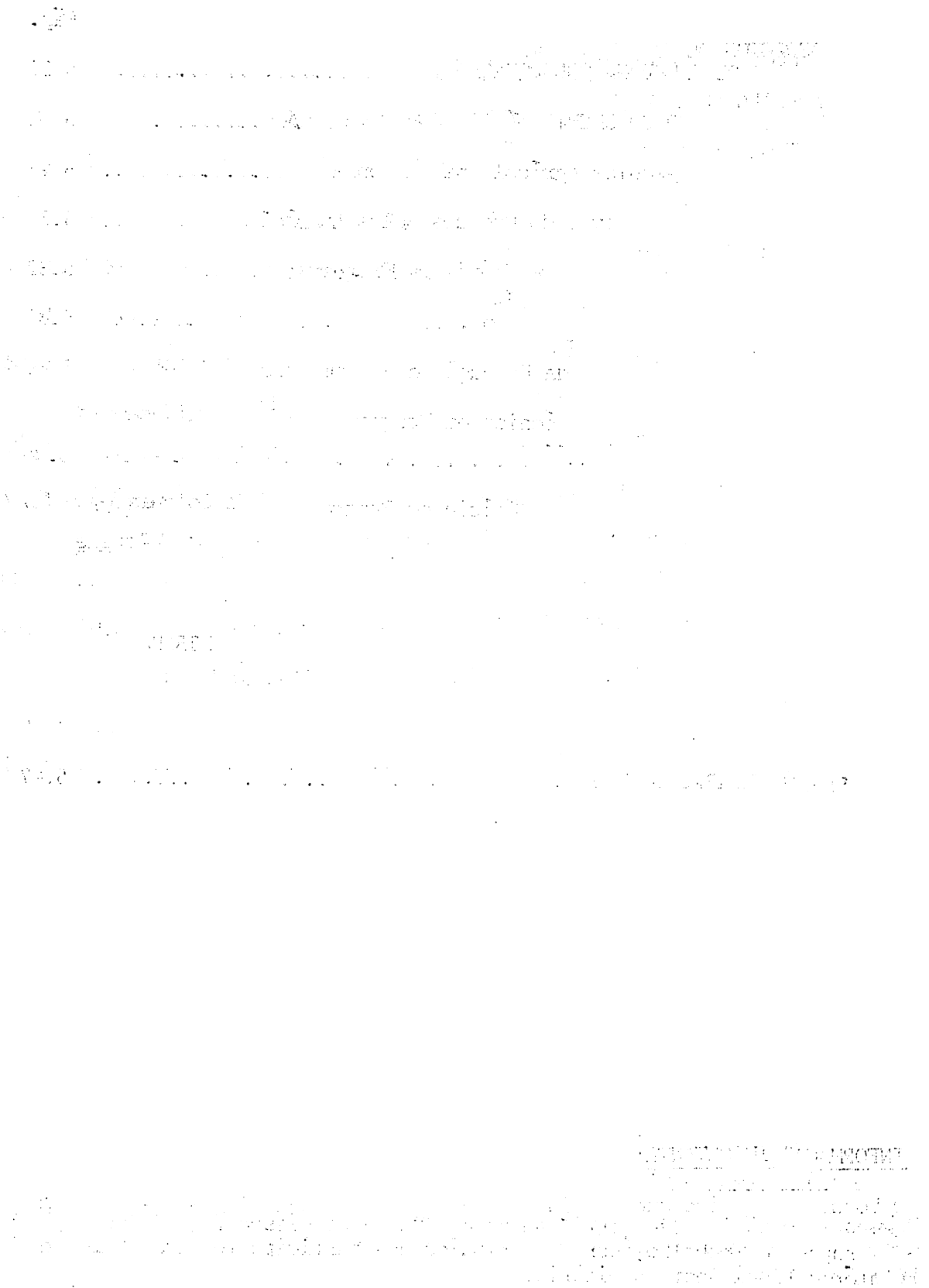
VISITA AOS PROJETOS DE COLONIZAÇÃO DA TRANSAMAZÔNICA (ALTAMIRA) 5.46

SESSÃO DE ENCERRAMENTO 5.47

INFORMAÇÃO IMPORTANTE:

O Documento Básico que serviu de base para as discussões e recomendações dos Grupos de Trabalho, será distribuído aos participantes como parte do Relatório Final deste Seminário.

Digitized by Google



Digitized by Google

SEMINÁRIO SOBRE SISTEMAS DE COLONIZAÇÃO NA AMAZÔNIA
(TRÓPICO ÚMIDO)

Belém e Altamira, Pará, Brasil
6 a 11 de novembro de 1972

PARTICIPANTES

REPRESENTANTES DOS GOVERNOS

Bolivia

Engº Agrº Manuel O. Posnansky, Jefe
Departamento de Operaciones
Instituto Nacional de Colonización
Ministerio de Comercio e Industrias
Calle Camacho
La Paz, Bolivia

Brasil

Veter. José Alfinito, Coordenador
Coordenação Regional do Norte
Ministério da Agricultura
Rua Padre Prudêncio, 208
Belém, Pará, Brasil

Advogado José Ubirajara Coelho de Sousa Timm, Chefe da Assessoria
Subsecretaria de Planejamento e Orçamento
SUPLAN
Ministério da Agricultura
Esplanada dos Ministérios - Bloco 8, 7º andar
Brasília, DF., Brasil

Engº Agrº Hélio Palma de Arruda, Diretor
Departamento de Projetos e Operações
Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INCRA
Ed. BNDE, 16º andar
Brasília, DF., Brasil

Engº Civil Luiz Augusto Fernandes, Secretário
Secretaria de Planejamento e Coordenação Geral
Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INCRA
Ed. BNDE, 15º andar
Brasília, DF., Brasil

This One
STE1-LH3-RW6H

Digitized by Google

Engº Civil Erasmo José de Almeida, Coordenador
GTPLAN
Secretaria de Planejamento e Coordenação Geral
Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária,
INCRA
Ed. BNDE, 15º andar
Brasília, DF., Brasil

Engº Agrº Edson Luiz de Senna Muniz, Assistente Geral
Departamento de Projetos e Operações
Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária,
INCRA
Ed. BNDE, 16º andar
Brasília, DF., Brasil

Engº Agrº José Carlos da Costa Martins, Assistente
Secretaria de Planejamento
Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária,
INCRA
Ed. BNDE, 15º andar
Brasília, DF., Brasil

Sr. Lourival Patrocínio Silveira, Assistente
Secretaria de Planejamento
Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária,
INCRA
Ed. BNDE, 15º andar
Brasília, DF., Brasil

Colombia

Ing. Civil Jaime Román, Jefe
División de Colonizaciones
Instituto Colombiano de la Reforma Agraria,
INCORA
Bogotá, Colombia

Ecuador

Ing. Civil Hugo Díaz Cadena, Director
Dirección Nacional de Colonización
Instituto Nacional de Reforma Agraria y Colonización,
IERAC
Carrión 122
Quito, Ecuador

Digitized by Google

Digitized by Google

Perú

Ing. Agr. José Corbera Vilcarromero, Sub-Director
Sub-Dirección de Colonización
Dirección General de Reforma Agraria y Asentamiento Rural
Ministerio de Agricultura
Cahuide 805, 2º Piso
Lima, Perú

Ing. Agr. Juan B. de Pawlikowski Andrade, Jefe
Colonización Tingo Maria-Campanilla
Ministerio de Agricultura
Coraceros 245
Lima, Perú

Venezuela

Ing. Civil Carmen Luisa Aubey, Jefe
División de Planificación Regional
Comisión para el Desarrollo del Sur de Venezuela,
CODESUR
Ed. Camejo, Local C-15
Caracas, Venezuela

REPRESENTANTES DE ORGANISMOS INTERNACIONAIS

Instituto Interamericano de Ciências Agrícolas da OEA, IICA

Dr. José Emílio G. Araújo, Diretor Geral
Instituto Interamericano de Ciências Agrícolas da OEA,
IICA
Apartado 10281
San José, Costa Rica

Ing. Agr. Enrique Blair, Director
Proyecto 206
Instituto Interamericano de Ciências Agrícolas da OEA,
IICA
Apartado 10281
San José, Costa Rica

Ing. Agr. Fernando Suárez de Castro, Director Regional
Dirección Regional para la Zona Andina
Instituto Interamericano de Ciências Agrícolas da OEA,
IICA
Apartado 11185
Lima, Perú

Digitized by Google

Digitized by Google

Econ. José Irineu Cabral, Representante
Representação no Brasil
Instituto Interamericano de Ciências Agrícolas da OEA,
IICA
Caixa Postal 16.074-ZC-01
Rio de Janeiro, GB., Brasil

Dr. Luis A. Montoya, Secretário Executivo
Programa Cooperativo para o Desenvolvimento do Trópico Americano,
IICA-TROPICOS
Caixa Postal, 917
Belém, Pará, Brasil

Dr. Paulo de Tarso Alvim, Diretor
Centro de Pesquisas do Cacau, CEPEC-CEPLAC, Convenio
IICA/CEPLAC
Caixa Postal 7
Itabuna, Bahia, Brasil

Dr. Rufo Bazán, Edafólogo
Departamento de Cultivos y Suelos Tropicales
Centro Tropical de Enseñanza e Investigación,
IICA-CTEI
Apartado 74
Turrialba, Costa Rica

Dr. Juan Diaz Bordenave, Comunicador
Representação no Brasil
Instituto Interamericano de Ciências Agrícolas da OEA,
IICA
Caixa Postal 16.074-ZC-01
Rio de Janeiro, GB., Brasil

Ing. Agr. Augusto Donoso Echegoyen, Especialista
en Planeamiento Agroeconómico
Centro Interamericano de Desarrollo Rural y Reforma Agraria,
IICA-CIRA
Apartado Aéreo 14592
Bogotá, Colombia

Ing. Agr. Cristóbal Unterrichter, Especialista
en Reforma Agraria y Colonización
Representacion en Ecuador
Instituto Interamericano de Ciencias Agrícolas de la OEA,
IICA
Apartado de Correos 201-A
Quito, Ecuador

Digitized by Google

Digitized by Google

Eco. Arnaldo Veras, Economista Agrícola
Dirección Regional para la Zona Sur
Instituto Interamericano de Ciencias Agrícolas de la OEA,
IICA
Casilla de Correos 1217
Montevideo, Uruguay

Engº Agrº Pedro Merçon Vieira, Especialista
en Crédito Agrícola
Representação no Brasil
Instituto Interamericano de Ciências Agrícolas da OEA,
IICA
Caixa Postal 16.074-ZC-01
Rio de Janeiro, GB., Brasil

Banco Interamericano de Desarrollo, BID

Dr. Adolfo Beeck, Consultor Regional Agrícola
Banco Interamericano de Desenvolvimento
Caixa Postal 728-ZC-00
Rio de Janeiro, GB., Brasil

Organización de las Naciones Unidas para la Agricultura y la Alimentación, FAO

Eco. Rigoberto Sandoval, Especialista
en Reforma Agraria y Colonización
FAO
Via delle Terme di Caracalla
Roma, Itália

Organización de los Estados Americanos, OEA

Engº Newton V. Cordeiro, Diretor
Programa Bacia do Prata
OEA
Praia do Flamengo 190 s/ 1215
Rio de Janeiro, GB., Brasil

Organización Panamericana de la Salud

Dr. Juan Ponce de León, Representante
Organização Panamericana da Saúde
Organização Mundial da Saúde
Rua Paissandu 231
Rio de Janeiro, GB., Brasil

USAID

Engº Agrº Francisco Targino de Siqueira, Assessor em Agricultura
Ed. Bandeirantes
Brasília, DF., Brasil

Digitized by Google

Digitized by Google

CONVIDADOS ESPECIAIS

Nacionais

Sr. Abílio Melo de Paiva Rodrigues, Gerente Adjunto
Banco do Brasil S.A. - Agência Centro
Av. Presidente Vargas
Belém, Pará, Brasil

Advogado Adalberto Acatauassu Nunes, Delegado Regional
Ministério da Indústria e Comércio
Trav. São Francisco, 142
Belém, Pará, Brasil

Sr. Afonso Gadelha Simas, Presidente
Associação Comercial do Pará
Rua Santo Antonio
Belém, Pará, Brasil

Engº Agrº Arno Walter Schneider, Secretário Executivo
Associação de Crédito e Assistência Rural do Pará
Av. Almirante Barroso, 717
Belém, Pará, Brasil

Advogado Carlos Fernandes, Presidente
Comissão Especial de Terras
Secretaria de Agricultura
Palácio Alencastro, 6º andar
Cuiabá, Mato Grosso, Brasil

Engº Agrº Elias Sefer, Diretor
Faculdade de Ciências Agrárias do Pará
Caixa Postal, 917
Belém, Pará, Brasil

Engº Agrº Eurico Pinheiro, Secretário de Agricultura
Secretaria de Agricultura do Estado do Pará
Caixa Postal, 1236
Belém, Pará, Brasil

Engº Agrº Geraldo Dalette Pinto de Lima, Chefe
Divisão de Agropecuária e Abastecimento
Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia
Trav. Antonio Baena, 1113
Belém, Pará, Brasil

Capitão de Corveta Geraldo Pessôa Monte
Encarregado da 2a. Seção do Estado Maior do 4º Distrito Naval
Ministério da Marinha
Belém, Pará, Brasil

Digitized by Google

Digitized by Google

Engº Agrº Hélio Marinho de Azevedo, Gerente Adjunto
Carteira de Crédito Rural
Banco da Amazônia S.A.
Av. Presidente Vargas, 800, 12º andar
Belém, Pará, Brasil

Engº Agrº Italo Cláudio Falesi, Diretor
Instituto de Pesquisa Agropecuária do Norte
Caixa Postal, 48
Belém, Pará, Brasil

Cel. Milton Câmara Sena, Superintendente
Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia
Trav. Antonio Baena, 1113
Belém, Pará, Brasil

Estrangeiros

Dr. David H. Penny, Professor
Economia Agrícola
Australian National University
P.O. Box 4
Canaberra, A.C.T., Australia

Dr. Miguel Angel Ramirez, Abogado, Membro del Consejo
Instituto de Bienestar Rural
Tacuari Esquina Mariscal Estigarribia
Asunción - Paraguay

Diplomatas

Dr. Antonio Carlos Vereza Coutinho, Terceiro Secretário
Ministério das Relações Exteriores
Palácio do Itamaraty
Brasília, DF., Brasil

Dr. Daniel Sossa Miranda, Consul da Bolivia
Ministerio de Relaciones Exteriores de Bolivia
Rua Santo Antonio, 432, sala 649
Belém, Pará, Brasil

Eco. Eduardo Casas Acosta, Consul da Colombia
Ministério de Relaciones Exteriores de Colombia
Av. Gentil Bittencourt, 508
Belém, Pará, Brasil

Digitized by Google

Digitized by Google

OBSERVADORES NACIONAIS

Ministério da Agricultura

Sr. Adhemar Calumby, Assistente
Coordenadoria Regional do Norte
Ministério da Agricultura
Rua Padre Prudêncio, 208
Belém, Pará, Brasil

Engº Agrº Alfredo Oyama Homma, Assessor
Economia Agrícola
Instituto de Pesquisa Agropecuária da Amazônia Ocidental
Caixa Postal, 455
Manaus, Amazonas, Brasil

Vet. Antonio Pessoa Nunes, Diretor Substituto
Diretoria Estadual do Ministério da Agricultura
Rua Padre Prudêncio, 208
Belém, Pará, Brasil

Dr. Camillo Martins Vianna, Coordenador
Coordenação de Saúde e Educação no Vale do Tapajós
Diretoria Estadual do Ministério da Agricultura
Rua Padre Prudêncio, 208
Belém, Pará, Brasil

Engº Agrº Elwal Falcão Valente, Chefe
Serviço de Informação Rural
Diretoria Estadual do Ministério da Agricultura
Rua Padre Prudêncio, 208
Belém, Pará, Brasil

Engº Agrº Ivan de Carvalho Melo, Chefe
Grupo Executivo da Produção Vegetal
Diretoria Estadual do Ministério da Agricultura
Rua Padre Prudêncio, 208
Belém, Pará, Brasil

Engº Agrº Luiz José Maria Irias, Pesquisador
Escritório de Análise Econômica e Política Agrícola
Ministério da Agricultura
Esplanada dos Ministérios, 7º andar
Brasília, DF., Brasil

Engº Agrº Manuel Tavares da Silva Pinho, Chefe Substituto
Grupo Executivo de Engenharia
Diretoria Estadual do Ministério da Agricultura
Rua Padre Prudêncio, 208
Belém, Pará, Brasil

Digitized by Google

Digitized by Google

Engº Agrº Paulo Reis Pereira, Assessor
Subsecretaria de Planejamento e Orçamento
Ministério da Agricultura
Esplanada dos Ministérios, Bloco 8, 7º andar
Brasília, DF., Brasil

Engº Agrº Walmir Hugo dos Santos, Coordenador
Coordenação de Pesquisas Fundamentais
Instituto de Pesquisa Agropecuária do Norte
Caixa Postal, 48
Belém, Pará, Brasil

Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA)

Engº Agrº Chyozo Hirano, Assessor
Secretaria de Planejamento e Coordenação
Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
Largo de São Francisco, 34, 12º andar
Rio de Janeiro, GB., Brasil

Engº Agrº Everton de Almeida, Chefe de Divisão
Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
Edifício BNDE, 16º andar
Brasília, DF., Brasil

Engº Agrº Guilherme Fernandes de Azevedo, Chefe
Divisão de Organização e Promoção Agrária
Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
Rua do Catete, 235, 2º andar
Rio de Janeiro, GB., Brasil

Engº Agrº José Abelardo Ganem, Chefe de Divisão
Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
Rua do Catete, 235, 2º andar
Rio de Janeiro, GB., Brasil

Arquiteto José Geraldo da Cunha Camargo, Urbanista
Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
Edifício BNDE, 15º andar
Brasília, DF., Brasil

Engº Agrº José Luiz Viana do Couto
Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
Rua do Catete, 235, 2º andar
Rio de Janeiro, GB., Brasil

Bacharel Maria de Lourdes Sarlo Mahlinscky, Chefe de Seção
Departamento de Projetos e Operações
Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
Rua do Catete, 235, 2º andar
Rio de Janeiro, GB., Brasil

Digitized by Google

Digitized by Google

Companhia Brasileira de Alimentos (COBAL)

Cel. Anael Lemos Gonçalves, Gerente
Companhia Brasileira de Alimentos
Rua Santo Antonio, 316, Conjunto 301/306
Belém, Pará, Brasil

Sr. Fernando José de Medeiros Ribeiro, Coordenador Regional
Companhia Brasileira de Alimentos
Ed. Anápolis - Av. W-3 Q504, lojas 9-10, 2º andar
Brasília, DF., Brasil

Engº Agrº José Gerardo Fontelles, Assessor da Diretoria
Companhia Brasileira de Alimentos
Ed. Anápolis - SCS
Brasília, DF., Brasil

Companhia Brasileira de Armazenamento (CIBRAZEM)

Engº Agrº Bento Cardoso Patto, Assessor da Presidência
Companhia Brasileira de Armazenamento
Ed. Gilberto Salomão, 13º andar
Brasília, DF., Brasil

Engº Agrº Lourival Pires Fraga, Coordenador na Transamazônica
Companhia Brasileira de Armazenamento
Ed. Gilberto Salomão, 13º andar
Brasília, DF., Brasil

Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF)

Engº Agrº Sérgio da Fonseca Dias, Delegado
Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal
Trav. Campos Sales, 268, conjunto 702/704
Belém, Pará, Brasil

Universidade Federal do Pará

Sra. Albertina Fortuna de Oliveira, Professor
Universidade Federal do Pará
Trav. Rui Barbosa, 1539
Belém, Pará, Brasil

Dr. José Monteiro Leite, Coordenador
Núcleo de Patologia Regional
Universidade Federal do Pará
Praça Camilo Salgado, 1
Belém, Pará, Brasil

Digitized by Google

Digitized by Google

Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM)

Eco. Beunilde Távora Capela
Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia
Trav. Antonio Baena, 1113
Belém, Pará, Brasil

Engº Agrº Eduardo Soeiro de Souza, Técnico do DIS/D.C.
Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia
Trav. Antonio Baena, 1113
Belém, Pará, Brasil

Engº Agrº Fernando Alberto de Lima e Silva
Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia
Trav. Antonio Baena, 1113
Belém, Pará, Brasil

Advogado Francisco Wilson Ribeiro, Chefe
Divisão de Contratos e Convênios
Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia
Trav. Antonio Baena, 1113
Belém, Pará, Brasil

Engº Agrº José de Ribamar Oliveira, Chefe Substituto
Divisão de Agropecuária e Abastecimento
Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia
Trav. Antonio Baena, 1113
Belém, Pará, Brasil

Comissão Executiva do Plano de Recuperação Econômica da Lavoura Cacaueira (CEPLAC)

Engº Agrº Antonio da Silva Costa, Assessor Técnico
Comissão Executiva do Plano de Recuperação Econômica da Lavoura Cacaueira
Km. 26, Rodovia Ilhéus/Itabuna
Ilhéus, Bahia, Brasil

Projeto RADAM

Sra. Adélia Maria Salviano Japiassú, Naturalista
Coordenação Setor Vegetação, Projeto Radam
Ministério das Minas e Energia
Rua Benjamin Constant, 1027
Belém, Pará, Brasil

Digitized by Google

Digitized by Google

Projeto RONDON

Sr. Plínio Francisco Hahn, Diretor
Campus Avançado Santarém
Projeto Rondon
Av. Independência, 505
Belém, Pará, Brasil

Secretaria de Agricultura do Estado do Pará

Engº Agrº Euro Tourinho Filho, Coordenador Técnico
Secretaria de Estado de Agricultura
Trav. do Chaco, s/n
Belém, Pará, Brasil

Assistente Social Dayse de Nazaré Oliveira
Secretaria de Estado de Agricultura
Trav. do Chaco, s/n
Belém, Pará, Brasil

Engº Agrº José de Cupertino Silva, Chefe
Setor de Núcleos Coloniais
Secretaria de Estado de Agricultura
Trav. do Chaco, s/n
Belém, Pará, Brasil

Engº Agrº Raimundo Nonato de Souza Campos
Secretaria de Estado de Agricultura
Trav. do Chaco, s/n
Belém, Pará, Brasil

Secretarias de Agricultura de outros Estados

Engº Agrº Dorremi Oliveira, Coordenador
Projeto de Colonização
Secretaria de Estado de Produção Rural do Amazonas
Estrada do Aleixo
Manaus, Amazonas, Brasil

Engº Agrº José Luiz Fernandes Ribeiro, Diretor
Serviço de Terras
Secretaria de Agricultura do Maranhão
Av. Getúlio Vargas, 2342
São Luis, Maranhão, Brasil

Engº Agrº Luiz Alberto Lavôr Benigno, Chefe
Seção de Fomento da Produção Vegetal
Secretaria de Agricultura do Território Federal do Amapá
Macapá, Território Federal do Amapá, Brasil

Digitized by Google

Digitized by Google

Engº Agrº Paulo Henrique da Paixão e Silva, Diretor
Divisão Técnica
Secretaria de Produção Rural
Estrada do Aleixo, km. 2
Manaus, Amazonas, Brasil

Engº Agrº Reynaldo Soares de Lyra Pessôa, Diretor
Departamento de Desenvolvimento Agrário
Secretaria de Agricultura do Estado do Maranhão
Av. Getúlio Vargas, 2342
São Luis, Maranhão, Brasil

Associação de Crédito e Assistência Rural do Estado do Pará (ACAR-PARÁ)

Engº Agrº Augusto Simões Lopes Neto, Secretário Executivo Adjunto
Associação de Crédito e Assistência Rural do Pará
Av. Almirante Barroso, 717
Belém, Pará, Brasil

Engº Agrº José Cordeiro de Araújo, Coordenador
Programa de Consolidação
Associação de Crédito e Assistência Rural do Pará
Av. Almirante Barroso, 717
Belém, Pará, Brasil

Engº Agrº Marcus Ligocki, Coordenador de Comunicação
Associação de Crédito e Assistência Rural do Pará
Av. Almirante Barroso, 717
Belém, Pará, Brasil

Outros Órgãos Federais e Estaduais

Cap. Vet. Antonio Carlos Aragão Nunes
Estabelecimento Regional de Subsistência da 8a. R.M.
Ministério do Exército
Praça Frei Caetano Brandão, 216
Belém, Pará, Brasil

Engº Agrº Bento Souza Porto, Chefe
Setor de Colonização
Companhia de Desenvolvimento do Estado de Mato Grosso
Rua Pedro Celestino, 24
Cuiabá, Mato Grosso, Brasil

Engº Agrº Carlos Alberto Carodo
Companhia de Desenvolvimento do Estado de Goiás
Rua 25 - A nº 15 - Setor Oeste Goiânia
Goiânia, Goiás, Brasil

Sr. Guilherme Lázaro Sarmento Mártires, Diretor
Secretaria Assembléia Legislativa do Estado
Praça Pedro II
Belém, Pará, Brasil

Digitized by Google

Digitized by Google

Engº Agrº Léa Lobato de C. e Oliveira, Coordenador
Grupo de Estudos Agropecuários
Instituto do Desenvolvimento Econômico-Social do Pará
Av. Nazaré, 871
Belém, Pará, Brasil

Advogado Luiz Pereira de Moraes, Assessor Técnico
Banco do Brasil S.A. - Agência Centro
Av. Presidente Vargas, 480
Belém, Pará, Brasil

Sra. Maria de Lourdes Araújo Gusmão, Superintendente
Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado
Av. Presidente Vargas, 413
Belém, Pará, Brasil

Maj. Vet. Melanio Domingos do Nascimento, Chefe
SRP/AS
Quartel General 8a. R.M.
Praça da Bandeira
Belém, Pará, Brasil

Dr. Miguel Cordeiro de Azevedo, Diretor
Instituto Evandro Chagas
Av. Almirante Barroso, 492
Belém, Pará, Brasil

Advogado Nelson José de Souza, Assessor
Secretaria de Estado de Saúde Pública
Av. Conselheiro Furtado, 309
Belém, Pará, Brasil

Engº Agrº Osmar Moreira da Silva, Chefe
Divisão de Topografia
Instituto do Desenvolvimento Agrário de Goiás
Rua 3, 332 - Centro Goiânia
Goiânia, Goiás, Brasil

Sr. Wilson Leite Maia, Chefe
Serviços Médico-Sanitários
Fundação Serviços Saúde Pública
Diretoria Regional Saúde
Rua Santo Antonio, 273, 3º andar
Belém, Pará, Brasil

Dr. Zoênio Mota Gueiros, Assessor
Coordenação III
Superintendência de Campanhas de Saúde Pública
Av. Nazaré, 582
Belém, Pará, Brasil

Digitized by Google

Digitized by Google

Órgãos Particulares

Sociólogo Atsuko Haga
Hidroservice Engenharia de Projetos Ltda.
Rua Afonso Celso, 235
São Paulo, Brasil

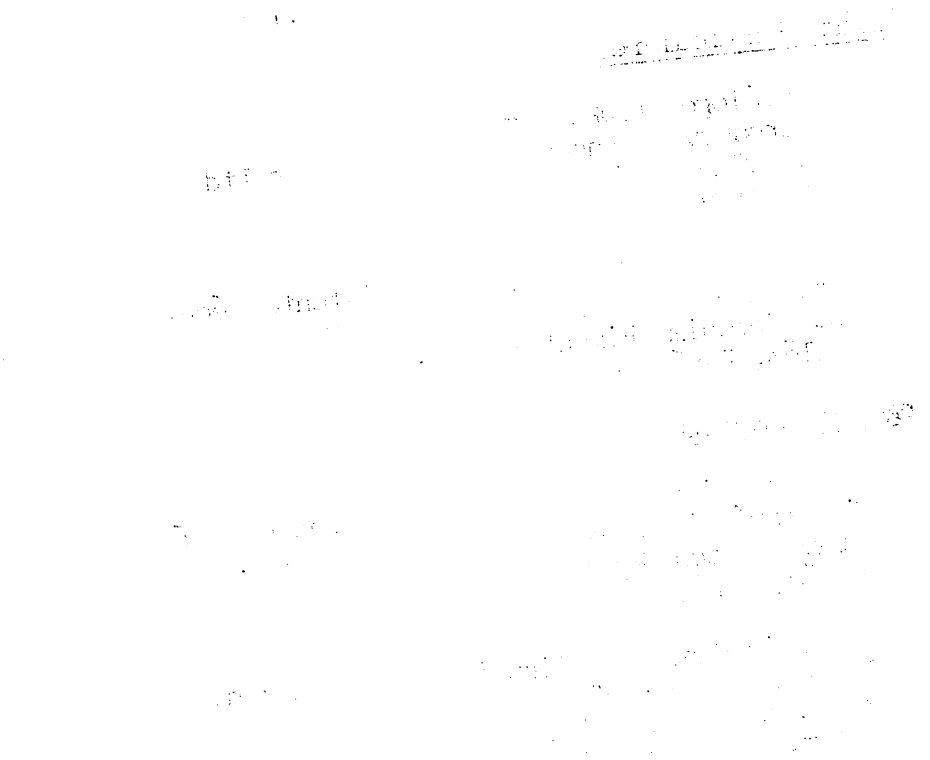
Engº Agrº Shoji Yamanaka, Assistente Técnico
Imigração e Colonização dos Japoneses
Rua Jeronimo Pimentel, 716, 3º andar
Belém, Pará, Brasil

Órgão de Imprensa

Sr. Francisco Xavier Gonçalves Guerra, repórter
"A Província do Pará"
Trav. Campos Sales, 210
Belém, Pará, Brasil

Sr. Luiz Manoel de Figueiredo Melo, redator
"A Folha do Norte"
Rua Gaspar Viana, 521
Belém, Pará, Brasil

Digitized by Google



Digitized by Google

SEMINÁRIO SOBRE SISTEMAS DE COLONIZAÇÃO NA AMAZÔNIA

(TRÓPICO ÚMIDO)

Belém e Altamira, Pará, Brasil
6 a 11 de novembro de 1972

TEMÁRIO

Domingo 5	Chegada dos participantes a Belém, Pará, Brasil
Segunda Feira 6	Auditório "Mário de Barros Cavalcanti", SUDAM
9:00-10:00	Inscrição dos Participantes
10:00-11:00	Sessão de Abertura:

- Palavras de Boas-vindas
  Vet. José Alfinito, Coordenador Regional do Norte
  Ministério da Agricultura e
  Coordenador, Comitê Nacional do Brasil,
  IICA-TRÓPICOS

- Palavras do
  Dr. José Emílio G. Araújo, Diretor Geral
  Instituto Interamericano de Ciências Agrícolas da OEA, IICA

- Inauguração Oficial do Seminário
  Engº Agrº Hélio Palma de Arruda
  Diretor do Departamento de Projetos e Operações do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, INCRA

- Palavras do Superintendente da SUDAM, Cel. Milton Câmara Senna.

11:00-12:00	Instalação da Mesa Diretiva

- Objetivos e Metas do Seminário
  Dr. Luis A. Montoya, Secretário Executivo
  Programa Cooperativo para o Desenvolvimento do Trópico Americano, IICA-TRÓPICOS

Digitized by Google

Digitized by Google

- Eleição de Presidente, Secretário e Relator

- Aprovação do Temário

15:00-18:00 Relatórios dos Países

- Bolívia

  Engº Agrº Manuel Posnanski
  Instituto Nacional de Colonização

- Brasil

  Engº Agrº Hélio Palma de Arruda,
  Diretor do Departamento de Projetos e Operações do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, INCRA

- Colombia

  Engº.Agrº Jaime Román, Chefe
  Divisão de Colonizações
  Instituto Colombiano da Reforma Agrária, INCORA

20:00 Coquetel-Jantar (IICA)

Terça Feira 7

8:00-11:00 Relatórios dos Países (Continuação)

- Equador

  Engº Agrº Hugo Díaz, Diretor
  Direção de Colonização
  Instituto Equatoriano de Reforma Agrária e Colonização, IERAC

- Perú

  Engº Agrº José Corbera V., Subdiretor
  Subdireção de Colonização e Assentamento Rural
  Direção Geral de Reforma Agrária e Assentamento Rural
  Ministério da Agricultura

Digitized by Google

Digitized by Google

- Venezuela

Engº Agrº Carmen L. Aubey, Coordenadora
Comissão para o Desenvolvimento do Sul da Venezuela, CODESUR

11:00-12:00 Experiências em Colonização e Outras Regiões Tropicais:

- Paraguai

Advogado Miguel Angel Ramírez
Instituto de Bem-estar Rural, IBR

15:00-18:00 - Ásia

Dr. David Penny, Assessor
Universidade de Cornell

- Centroamérica e Panamá

Engº Agrº Rigoberto Sandoval, FAO

Quarta Feira 8

8:00- 9:00 - Exposição sobre políticas de financiamento de Projetos de Colonização do Banco Interamericano de Desenvolvimento, BID
Engº Agrº Adolfo Beeck, Consultor Regional Agrícola

- Exposição sobre Aspectos de Saúde na Colonização
Dr. Juan Ponce de León, Organização Mundial da Saúde (OMS)

9:00-10:00 Aspectos relevantes e comuns dos Programas de Colonização dos Países Amazônicos (Trópico Úmido)

10:00-12:00 Sistemas de Colonização: Documento Básico de Discussão

I. Introdução

II. A Pesquisa Agrícola na Amazônia.

Digitized by Google

Digitized by Google

Expositor:
Engº Agrº Fernando Suárez de Castro,
Diretor Regional para a Zona Andina, IICA

III. Alternativas de Uso dos Solos Amazônicos

Expositor:
Dr. Rufo Bazán, Edafólogo
Departamento de Culturas e Solos Tropicais
Centro Tropical de Ensino e Pesquisa,
IICA-CTEI

IV. Infra-estrutura Viária em Programas de Colonização

Expositor:
Dr. Arnaldo Veras, Economista Agrícola
Direção Regional para a Zona Sul, IICA

15:00-18:00 Sistemas de Colonização: Documento Básico de Discussão (Continuação)

V. Planificação Física

Expositor:
Engº Agrº Cristóbal Unterrichter,
Especialista em Reforma Agrária e Colonização
Representação no Equador, IICA

VI. Organização da Produção e Comercialização

Expositor:
Engº Agrº Enrique Blair, IICA

VII. Serviços de Assistência Técnica

Expositor:
Engº Agrº Pedro Merçon Vieira,
Especialista em Crédito Agrícola
Representação no Brasil, IICA

Quinta Feira 9

8:00-10:00 Sistemas de Colonização: Documento Básico de Discussão (Continuação)

VIII. Assistência Creditícia em Programas de Colonização

Digitized by Google

Digitized by Google

Expositor:
Engº Agrº Pedro Merçon Vieira,
Especialista em Crédito Agrícola
Representação no Brasil, IICA

IX. Coordenação Interinstitucional de Programas de Colonização

Expositor:
Econ. José Irineu Cabral, Representante
Representação no Brasil, IICA

10:00-12:00 Elaboração de Conclusões e Recomendações

Grupo de Trabalho 1

Alternativas de Uso dos Solos Amazônicos

Grupo de Trabalho 2

Infra-estrutura e Planificação Física

Grupo de Trabalho 3

Assistência Técnica e Creditícia. Organização da Produção e Comercialização. Coordenação Interinstitucional

Sexta Feira 10 Visita aos Projetos de Colonização da Transamazônica

8:00-10:00 Viagem a Altamira (Aérea)

10:00-11:00 Auditório do DNER

Exposição sobre os Projetos de Colonização em Execução

Expositor:
Engº Agrº Luis Augusto Fernandes,
Secretário de Planejamento e Coordenação, INCRA

15:00-18:00 Visita aos Projetos de Colonização

Sábado 11 Auditório do DNER

Digitized by Google

Digitized by Google

8:00-11:00	Sessão Plenária
	- Leitura, discussão e aprovação das Recomendações e Conclusões dos Grupos de Trabalho Relatores
	- Leitura e aprovação do Relatório do Seminário Relator
11:00-12:00	Sessão de Encerramento:
	- Palavras de um dos Representantes dos Países Amazônicos
	- Palavras do Presidente do Seminário
	- Encerramento Oficial do Seminário Dr. Luis Fernando Cirne Lima, Ministro da Agricultura
15:00-17:00	Viagem a Belém (Aérea)
20:00	Coquetel (MA-INCRA)
Domingo 12	Regresso dos Participantes a seus países.

Digitized by Google

Digitized by Google

SEMINÁRIO SOBRE SISTEMAS DE COLONIZAÇÃO NA AMAZÔNIA

(TRÓPICO ÚMIDO)

Belém e Altamira, Pará, Brasil
Novembro 6-11, 1972

REGULAMENTO

A. O Seminário sobre Sistemas de Colonização será realizado em Belém e Altamira, Pará, Brasil, de 6 a 11 de novembro de 1972.

B. Os objetivos do seminário serão os seguintes:

1. Objetivos Gerais

a) Intercambiar experiências sobre colonização nos Trópicos Úmidos.

b) Discutir alternativas de uso dos recursos naturais dos trópicos úmidos, infra-estrutura e formas de organização da produção, comercialização e serviços, em função de características da Amazônia, dentro dos sistemas de colonização.

c) Intercambiar conhecimentos e experiências sobre metodologias de planificação, execução e coordenação de sistemas e programas de colonização em regiões de bosques tropicais úmidos.

2. Objetivos Específicos

a) Obter conclusões técnicas que visem ao desenvolvimento dos processos de colonização dos trópicos úmidos americanos e à utilização dos recursos naturais.

C. Os trabalhos do Seminário serão desenvolvidos em Sessões Plenárias, Grupos de Trabalho e Visitas aos Projetos de Colonização na área da Transamazônica.

1. Sessões Plenárias

a) As Sessões Plenárias constarão de: Sessão de Abertura, Sessão Preparatória de Instalação da Mesa Diretiva, Sessões Ordinárias e Sessão de Encerramento.

Digitized by Google

Digitized by Google

b. Nas Sessões Ordinárias serão apresentados, esclarecidos e comentados:

1) Os Relatórios dos Países Amazônicos.

2) As experiências de outras regiões em colonização.

3) O Documento Básico de Discussão.

4) Os Relatórios dos Grupos de Trabalho.

5) As moções apresentadas pelos participantes.

c. Cada trabalho, apresentado nas sessões Ordinárias, exceto dos Grupos de Trabalho, terá 45 minutos de exposição e 15 minutos para perguntas e respostas esclarecedoras.

d. Os Relatórios dos Grupos de Trabalho e as conclusões do Seminário serão lidos, discutidos e aprovados em Sessão Plenária Ordinária.

2. Grupos de Trabalho

a. Os Grupos de Trabalho serão constituídos pelo Presidente do Seminário com a participação, inclusive, de observadores.

b. Cada Grupo de Trabalho terá um Coordenador e um Relator, nomeados pelo Presidente do Seminário.

c. As recomendações submetidas ao Plenário serão lidas e comentadas pelo Relator do Grupo de Trabalho respectivo, cabendo aos Representantes dos países - membros do IICA - TROPICOS solicitar esclarecimentos sobre aspectos técnicos essenciais.

Não serão discutidos aspectos de redação do tema em discussão.

d. A Secretaria do Seminário facilitará os serviços de um Relator para dar assessoramento aos Grupos de Trabalho na redação das recomendações e conclusões.

D. O Seminário será formado por Participantes Honorários, Convidados Especiais, Representantes dos Países membros, do IICA-TROPICOS e Observadores.

Digitized by Google

Digitized by Google

Os participantes deverão se inscrever na Secretaria do Seminário, onde receberão suas credenciais e os documentos oficiais da reunião.

E. Funções do Presidente do Seminário:

1. Dirigir as Sessões Plenárias.

2. Estabelecer a ordem do dia e resolver os assuntos que ocorram durante os debates.

3. Nomear o Comitê de Redação e os Grupos de Trabalho.

4. Submeter os assuntos à discussão, conceder a palavra e proclamar os resultados.

5. Tomar as demais providências necessárias a fim de que sejam alcançados plenamente os objetivos do Seminário.

F. Funções do Relator do Seminário:

1. Preparar as atas das Sessões Plenárias.

2. Colaborar com o Grupo de Trabalho na preparação das recomendações e conclusões.

3. Elaborar os Documentos Finais do Seminário.

4. Desempenhar outras funções determinadas pelo Presidente do Seminário.

G. Funções do Secretário do Seminário:

1. Organizar, coordenar e dirigir o trabalho do pessoal da Secretaria do Seminário.

2. Receber, distribuir e responder a correspondência relativa ao Seminário.

3. Preparar e anunciar o local e a hora das Sessões e demais atividades do Seminário.

4. Auxiliar o Presidente e tomar todas as providências necessárias para o bom andamento dos trabalhos.

Digitized by Google

Digitized by Google

H. Funções dos Coordenadores:

1. Orientar e dirigir os Grupos de Trabalho.

2. Tomar as providências necessárias para que, no tempo previsto, fiquem preparadas as recomendações e conclusões.

I. Funções do Relator:

1. Redigir as atas dos Grupos de Trabalho.

2. Apresentar em Plenário as conclusões do Grupo de Trabalho.

J. Os casos não considerados neste Regulamento serão resolvidos pelo Presidente do Seminário.

Digitized by Google

Digitized by Google

SEMINÁRIO SOBRE SISTEMAS DE COLONIZAÇÃO NA AMAZÔNIA
(TRÓPICO ÚMIDO)

Altamira, Pará, Brasil
11 de novembro de 1972

CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

PREÂMBULO

A partir do descobrimento da América observa-se um esforço para a conquista e colonização do novo território.

A maior parte da população localizou-se nos litorais, fundamentalmente pelas oportunidades que oferecia a vinculação com as metrópoles e, nas zonas altas dos Andes, em virtude da amenidade do clima. As zonas de temperaturas elevadas e úmidas do continente permaneceram desprovidas de população, até há muito pouco tempo, com exceção de alguns núcleos humanos pioneiros que, atraídos pela promessa circunstancial de explorações extrativas, localizavam-se, de maneira dispersa, nas margens dos grandes rios. Alguns floresceram. Outros sucumbiram.

A maior extensão desses territórios constitue a gigantesca Bacia Amazônica, com mais de cinco milhões de quilometros quadrados, que se tentou ocupar no passado, com projetos de colonização, tímidos e desarticulados; alguns com contingentes humanos originários dos Andes Altos e outros procedentes do litoral.

A situação de economias primárias exportadoras dos nossos países contribuiu, sem dúvida, para a implantação da infra-estrutura viária e a fixação dos núcleos populacionais nas zonas litorâneas, como também contribuiu em forma acentuada para colocar em plano secundário a ocupação e o desenvolvimento interior. A própria independência política dos países não contribuiu, em forma notável, para libertar-nos dessa economia primária exportadora.

A necessidade de ocupar a totalidade do território para afirmar as soberanias nacionais; a crise contínua e acentuada dos mercados para os produtos básicos, originários da agricultura; a baixa absorção de mão-de-obra pelas indústrias, que para serem competitivas, estão sendo altamente automatizadas; o crescimento demográfico concentrado em muitas áreas e produzindo tensões sociais; o imperativo de aumentar a produção de alimentos e fibras para satisfazer os mercados internos e aumentar as exportações; a necessidade de complementar os processos de reforma agrária com a expansão da

Digitized by Google

Digitized by Google

fronteira agrícola; o propósito de corrigir os desequilíbrios regionais, impostos pela concentração de recursos e ingressos, nas zonas de influência metropolitanas, que deu origem às economias duais; tudo isso impõe, hoje, a imperativa decisão de promover-se um ingente esforço e mobilizar-se recursos significativos, dentro de uma ordenada e sólida estratégia, para a adoção de empreendimentos associativos de conquista da totalidade desses territórios em favor do homem da Amazônia e de suas economias.

Mesmo que esse empreendimento colonizador nos aproxime a uma ecologia que não está suficientemente estudada, no que concerne aos efeitos sobre a vida humana e sobre a produção potencial; mesmo que se trate de uma região ainda desconectada dos mercados internos e externos; mesmo que não sejam bem conhecidas as tecnologias que deverão ser utilizadas, nem os sistemas de produção que serão adotados e, mesmo que o processo colonizador signifique custos acima dos programas convencionais de desenvolvimento agrícola, fortes razões de ordem econômica e social já mencionadas determinam o propósito de incorporar essas terras ao patrimônio produtivo dos Países Amazônicos.

Essa questão, que constitui um desafio, especialmente para governantes e técnicos, pode e deve superar-se com mística e uma inabalável decisão nacional de cada país e do conjunto de países da Região. A racionalidade do planejamento, a técnica, a ciência e a mobilização dos recursos humanos e financeiros indispensáveis a esse cometimento, são fatores decivos.

Tamanha empresa não poderá realizar-se somente com o propósito do crescimento econômico, mas precipuamente, para o grande benefício do homem, atribuindo-o como sujeito da ocupação do território e do processo colonizador das mais amplas perspectivas de afirmação e de dignidade, mediante as conquistas que lhe assegurará o processo econômico e social.

Para que se alcancem plenamente esses propósitos, o esforço colonizador deverá realizar-se mediante um conjunto de ações que, fundamentalmente, considere: pesquisas sistemáticas da ecologia e dos solos; adoção de tecnologias adequadas para o processo produtivo; a formulação de modelos, construção e complementação de uma estrutura física baseada na organização social, capaz de brindar ao homem as facilidades para seu deslocamento e para a mobilização de seus produtos ; a execução de programas culturais, educativos, saúde e de recreação para o colono, a família e a comunidade; a organização dos sistemas produtivos e de comercialização, mediante, preferentemente, o estímulo e a promoção de empresas associativas que estimulem no colono o sentimento de solidariedade, que lhe assegure maiores rendimentos economicos e desenvolva sua capacidade de participação e promoção social;

Digitized by Google

Digitized by Google

a prestação de assistência técnica e creditícia indispensáveis para complementar o esforço dos colonos, além de capacitá-los na condução eficiente de suas empresas.

Toda esta estratégia resultaria inócua se não se contasse com um mecanismo institucional vigoroso de coordenação sob um comando unificado, aos níveis nacional, regional e local, capaz de assegurar eficiência operativa e cumprir os objetivos e metas assinalados por uma política que busque, em essência, a dignidade e progresso do homem.

Inspirados nesses objetivos, com a contribuição significativa da experiência dos países da Região e a valiosa e qualificada participação dos dirigentes e profissionais presentes à Reunião, produziram-se as conclusões e recomendações deste documento, as quais poderiam constituir um marco de referência para aprofundar e ampliar o processo de ocupação da terra amazônica.

Digitized by Google

Digitized by Google

RECOMENDAÇÕES SOBRE: "PESQUISA AGRÍCOLA" E "USO DOS SOLOS"

1 Necessidade de incrementar a pesquisa agrícola na região amazônica, através de um apoio financeiro adequado dos diferentes governos, o fortalecimento de centros de educação agrícola superior e a adequação da estrutura institucional pertinente.

2. Necessidade de orientar o incremento da pesquisa agrícola através de um programa global a longo prazo com metas intermediárias e objetivos definidos.

   Esta programação global, que incluiria toda a região amazônica, implica na constituição de um mecanismo de coordenação e informação a nível internacional, que poderia estar a cargo do Programa Cooperativo para o Desenvolvimento do Trópico Americano, do IICA, pelo menos em sua etapa incial.

3. O programa global de pesquisa deve, igualmente, considerar aspectos sócio-econômicos relacionados com o fator humano, toda vez que o homem constitua a base e o motor para o desenvolvimento da amazônia.

4. Necessidade de realizar uma classificação de zonas ecológicas e sócio-econômicas da amazônia, suscetíveis de serem consideradas como Unidades Ecológicas.

5. Necessidade de desenvolver, por intermédio da pesquisa, Sistemas Agrícolas adequados às condições de cada Unidade Ecológica, considerando as formas atuais de agricultura como ponto de referência.

6. No desenvolvimento de Sistemas Agrícolas deve-se levar em consideração os seguintes princípios gerais:

   a. que permitam e promovam a ampla e efetiva utilização dos recursos disponíveis atualmente na Amazônia;

   b. que adotem rígidos padrões de conservação dos recursos naturais renováveis e, particularmente, do solo;

   c. que se orientem para o pleno aproveitamento da capacidade produtiva do trópico;

   d. que se adaptem muito estreitamente às condições da sociedade que vai utilizá-lo, e que tenham a capacidade de evolucionar paralelamente com esta.

Digitized by Google

Digitized by Google

7. Necessidade de criar um centro, a nível regional, para recopilação, classificação e intercâmbio de informação, proveniente da experimentação.

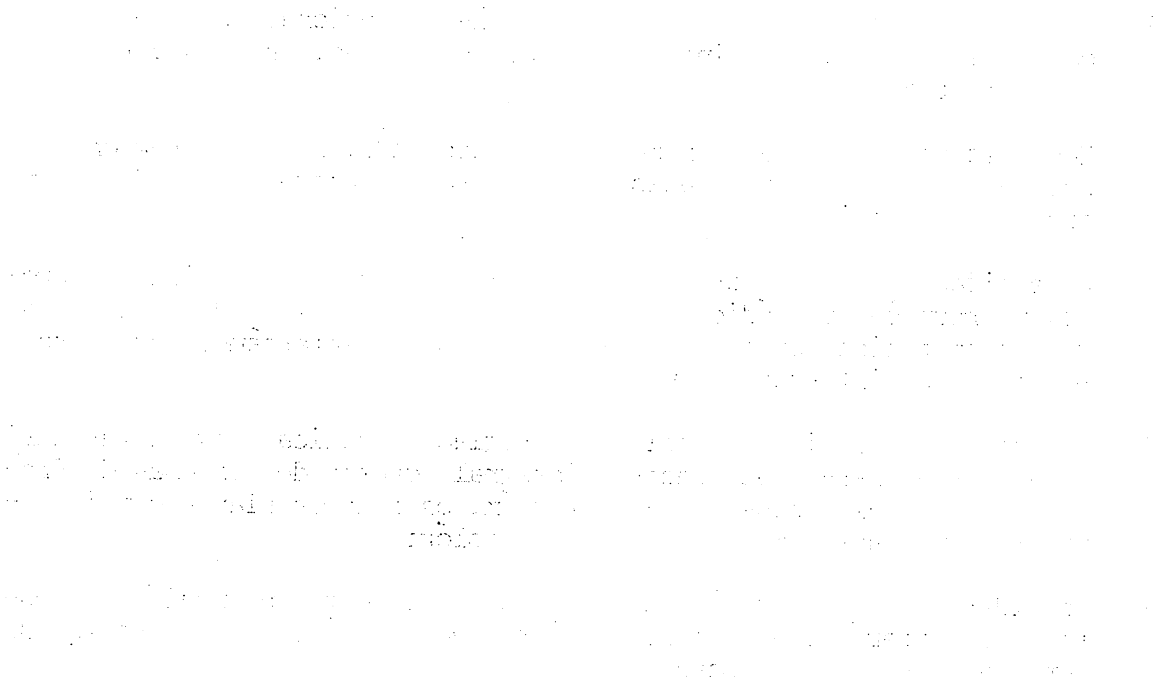
8. Necessidade de criar um mecanismo adequado, a nível regional e nacional, para a utilização da informação proveniente dos centros de pesquisa.

9. Necessidade de que organismos nacionais ou internacionais promovam reuniões periódicas e de caráter rotativo de pesquisa da região amazônica, como um meio efetivo de intercâmbio de experiências e informação em geral.

10. A pesquisa relativa a solos da região amazônica deve estar dirigida e realizar-se de maneira integral dentro de Sistemas de Produção, nos quais considere-se também, os fatores planta e meio ambiente, em cada uma das unidades ecológicas.

11. Considerar a informação da pesquisa existente na região ou outras características similares à região amazônica como ponto de partida para futura pesquisa.

Digitized by Google



Digitized by Google

RECOMENDAÇÕES SOBRE: INFRA-ESTRUTURA VIÁRIA EM PROGRAMAS DE COLONIZAÇÃO

1. Os investimentos realizados na abertura das estradas vicinais, serão de responsabilidade do Governo;

2. A estrada vicinal integrante do Projeto de Colonização, deverá possuir reduzidas características técnicas no seu traçado geométrico, objetivando a minimização dos custos em sua construção;

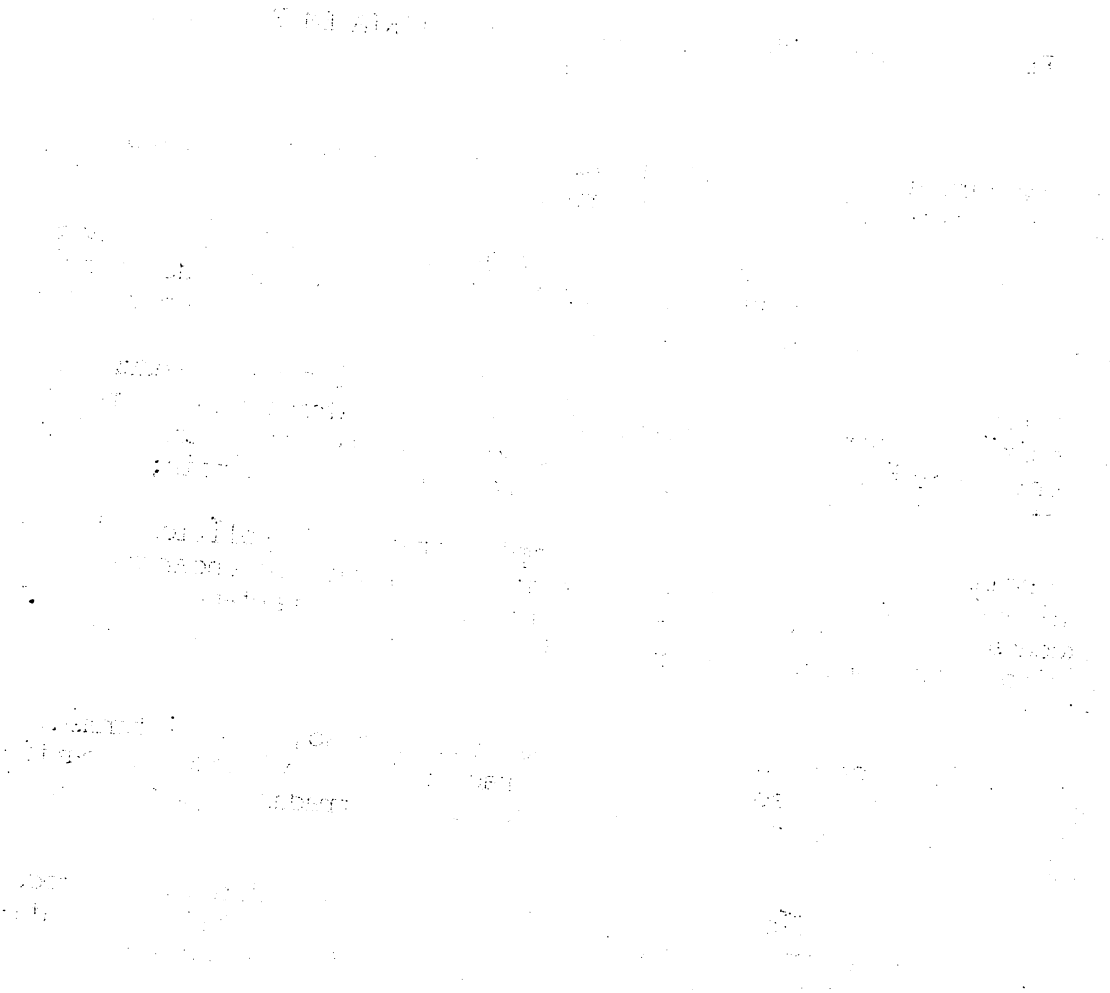
3. A estrada vicinal, embora de características técnicas reduzidas, possuirá um compatível sistema de obras de drenagem e o revestimento primário da sua pista, de sorte a permitir um fluxo constante da produção gerada na área de sua influência;

4. Os organismos responsáveis pela implementação da política de colonização adotarão medidas visando transferir os encargos de execução e manutenção dessas estradas, para departamentos específicos dos órgãos governamentais, a nível regional e/ou nacional;

5. Os administradores de projetos de colonização, por intermédio dos seus agentes sociais, promoverão medidas visando a participação dos colonos na manutenção das estradas, quando se fizer necessário;

6. No planejamento físico de parcelamento, serão adotados os modelos que apresentam o menor índice km/colono assentado, compatibilizado como o processo de exploração sugerido no projeto.

Digitized by Google



Digitized by Google

RECOMENDAÇÕES SOBRE: "PLANEJAMENTO FÍSICO"

1. O planejamento físico das áreas de colonização deve ser em consequência de um plano prévio de desenvolvimento humanístico, que leve em conta os fatores sociais, econômicos e de aproveitamento racional dos recursos naturais.

2. Considerada a premissa anterior, recomenda-se sempre que possível basear o planejamento físico no estabelecimento de núcleos de população de tamanho crescente, hierarquizados e localizados dentro da área de forma tal que os rurícolas encontrem neles os serviços necessários com a capacidade e frequência adequadas. Considera-se que a medida principal para a hierarquização desses núcleos populacionais, seja ditada pelos requisitos educativos da população, da forma que mais adiante é sugerida, e complementada com os fatores próprios de cada área.

3. Considera-se que a definição das hierarquias destes núcleos populacionais, depende das características de cada região, porém se identificam como polos básicos de desenvolvimento os seguintes:

   - concentrações urbano-rurais primárias: estabelecidas sob a base de núcleos de população que justifiquem a existência de uma escola primária.

   - concentrações urbano-rurais secundárias: estabelecidas sobre a base de uma área de influência que justifique o estabelecimento de uma escola secundária vocacional

   - deverá haver uma terceira unidade urbana a fim de dar o apoio social e econômico às unidades primária e secundária.

Além disso, o fator educativo se levará em consideração no estabelecimento destes centros, distâncias máximas entre eles, adequadas aos serviços de transporte disponíveis, seja para os lugares de trabalho, como para o acesso aos centros de serviço.

De acordo com sua hierarquia, cada núcleo deverá dispor de serviços sociais, técnicos, administrativos e recreativos adequados, de acordo com sua população e a sua área de influência, segundo a técnica do Urbanismo Rural.

Digitized by Google

Digitized by Google

RECOMENDAÇÕES SOBRE: "ORGANIZAÇÃO DA PRODUÇÃO E DA COMERCIALIZAÇÃO EM PROGRAMAS DE COLONIZAÇÃO"

1. Que os programas de colonização estimulem as experiências de empresas associativas nos países onde a implantação desse tipo de empresa foi pouco utilizada e que a atitude associativa passe a ser um dos critérios de seleção dos beneficiários dos países onde as experiências logrem êxito.

2. Que a participação dos sócios nos benefícios econômicos das empresas associativas se realizem em proporção ao trabalho aportado.

3. Que as unidades associativas de produção e comercialização sejam dimensionadas e organizadas com vista a:

   - escalas de produção competitivas a nível nacional e internacional;

   - assimilação de tecnologia moderna e adequada à situação dos trópicos;

   - projeções para integrar processos de industrialização primária e de comercialização.

4. Que do excedente econômico das unidades associativas uma parte possa ser aplicada em um fundo de desenvolvimento social.

5. Que os serviços de assistência técnica estejam capacitados para prestar apoio à formação e operação das empresas associativas e para orientar os colonos no processo de gestão das mesmas.

6. A fim de permitir que os produtores agrícolas também participem dos benefícios da intermediação e industrialização primária dos produtos, recomenda-se:

   - que no início do processo, o governo, tome a seu cargo a organização dos serviços de comercialização de produtos e insumos, e a partir de certa etapa da organização, transfira essas responsabilidades para os produtores agrícolas, por meio da participação progressiva no capital social das unidades de intermediação;

   - que os governos dêem prioridade aos programas de infra-estrutura (transportes e armazenamento) e à política de preços mínimos e outras políticas relacionadas com as funções de comercialização nas áreas de colonização.

Digitized by Google

Digitized by Google

RECOMENDAÇÕES SOBRE: "ASSISTÊNCIA TÉCNICA EM PROGRAMAS DE COLONIZAÇÃO NA AMAZÔNIA"

1. A política de assistência técnica deve estar em consonância com a estratégia de desenvolvimento rural no país.

2. A ação da assistência técnica deve ter como marco de referência os projetos globais de colonização. Esses, por sua vez, devem conter os elementos essenciais à programação da assistência técnica.

3. A assistência a nível de beneficiários, em sua fase inicial, deve ser essencialmente educativa, objetivando capacitar o agricultor e sua família em aspectos básicos do processo produtivo, da organização associativa e da melhoria das condições de vida. Entende-se que a fase inicial se estende até que a unidade econômica de produção possa ser auto-sustentada.

4. A identificação, o desenvolvimento e o uso da liderança devem ser uma preocupação constante da assistência técnica.

5. Como regra geral, os agentes de assistência técnica atuarão exclusivamente em forma grupal. O trabalho individual é justificável apenas como "demonstração de resultado", uma vez assegurada sua influência indireta.

6. Os organismos de assistência técnica devem contar com equipes inter-disciplinárias. Os agentes de assistência técnica devem conhecer adequadamente os aspectos tecnológicos, econômicos e sociais envolvidos no processo de colonização.

7. A assistência Técnica deve apoiar todos os esforços da pesquisa agropecuária na área de colonização, inclusive mediante trabalho intenso em parcelas demonstrativas.

8. A entidade associativa tende a ampliar a ação de assistência técnica no processo de colonização, devendo, portanto, ser estimulada nesses projetos.

9. Os órgãos associativos dos colonos devem ser direta e fortemente apoiados pela assistência técnica. Torna-se evidente a necessidade dos técnicos estarem capacitados para assistir satisfatoriamente esses órgãos.

Digitized by Google

Digitized by Google

10. Os programas operativos da assistência técnica devem refletir com precisão a forma de atuação das unidades de execução e conter os elementos que permitam avaliar seu impacto no processo de colonização.

11. Os programas operativos devem ser formulados conjuntamente com os demais serviços que participam do processo de colonização e, preferentemente, através de comitês de programação integrados por representantes desses serviços.

12. A dualidade de assistência técnica é nociva e tende a provocar conflito na articulação entre os organismos. Somente um organismo especializado deve proporcioná-la.

13. Assistência técnica deve ser desprovida de paternalismo.

14. A participação dos beneficiários, especialmente através de seus líderes, deve ser estimulada como forma de ampliar e melhorar a assistência técnica.

15. A assistência técnica deverá ser complementada com serviços especiais (crédito, revenda, transformação, comercialização, etc.) que permitam a aplicação da moderna tecnologia e a nível do produtor.

16. A transferência da manutenção de serviço de assistência técnica pelo órgão oficial aos beneficiários do mesmo deverá se dar de forma gradativa após a emancipação do projeto.

Digitized by Google

Digitized by Google

RECOMENDAÇÕES SOBRE: "ASSISTÊNCIA CREDITÍCIA"

1 A política creditícia nos Programas de Colonização deve estar em consonância com a estratégia de desenvolvimento rural no País.

2. O governo deve definir precisamente as responsabilidades dos organismos financeiros participantes da política creditícia. A articulação entre esses organismos, e outros vinculados com o processo de colonização deve ser formalizada mediante assinatura de convênios.

3. Os projetos globais de colonização devem conter os elementos para programar a aplicação do crédito rural.

4. O Governo deve prover oportunamente os recursos financeiros por ele comprometidos e necessários para alcançar as metas do programa de colonização. Preferentemente, os recursos destinados ao crédito rural devem ser canalizados para fundos específicos, administrados por instituições financeiras públicas.

5. Torna-se recomendável a constituição de um fundo de garantia das operações como forma de contribuir para facilitar o outorgamento de crédito de inversão.

6. Os empréstimos devem ser concedidos com base em normas especificamente formuladas para os Programas de Colonização.

7. Deve haver permanente esforço de capacitação do pessoal técnico e administrativo dos Bancos envolvidos no Programa de Colonização.

8. Preferentemente, deve incorporar-se ao Programa somente uma instituição creditícia e esta, salvo casos especiais, deve ser pública.

9. O Governo deve dar todas as facilidades possíveis para que a terra transferida aos colonos, sirva de garantia real nas operações de crédito, mediante o outorgamento de título definitivo de domínio.

10. As inversões de uso comum devem ser financiadas, preferivelmente, através de cooperativas. Todo esforço deve ser empreendido por parte dos serviços especializados, no sentido de demover os obstáculos que impeçam o normal funcionamento de sociedades cooperativas nos Programas de Colonização.

Digitized by Google

Digitized by Google

11. As instituições creditícias devem manter agências locais nas áreas de operação do Programa.

12. A aplicação de crédito deve guardar relação com as linhas básicas do Projeto de Colonização.

13. Sempre que possível, o crédito para a aquisição de insumos físicos deve ser em espécie (o insumo em si) e através de cooperativas.

14. Os serviços especializados de crédito devem dispor de pessoal técnico para executar satisfatoriamente as tarefas que lhe são reservadas no Programa de Colonização.

15. A taxa de juro das operações não deve limitar a demanda de crédito. Admite-se a conveniência do Governo proporcionar juros subsidiados para implantação dos Programas de Colonização, sempre que necessário.

16. Os governos devem fixar medidas para que os Bancos privados participem financeiramente do processo de colonização e reforma agrária.

17. Os prazos de reembolso dos financiamentos em Programas de Colonização, devem ser estabelecidos de acordo com a efetiva capacidade de pagamento do empresário, evitando-se, outrossim, o financiamento de atividade antieconômica.

Digitized by Google

Digitized by Google

RECOMENDAÇÕES SOBRE: "COORDENAÇÃO INTERINSTITUCIONAL"

1. Nas condições da Região Amazônica deve ser adotado, preferentemente, o sistema de coparticipação institucional para a execução dos serviços básicos exigidos pelo processo de colonização, mediante a integração das instituições existentes no País.

2. Deve existir um vigoroso mecanismo de coordenação a nível do País e da região e integrado por representantes das diferentes instituições com responsabilidade no programa.

3. O mecanismo de coordenação deve atuar nos níveis planejamento, execução e de direção e exercerá, entre outras, as seguintes funções:

   a. fornecer subsídios para programação de atividades;

   b. acompanhar a marcha dos programas e projetos, indicando os ajustes necessários;

   c. remover eventuais dificuldades de articulação;

   d. servir de veículo de comunicação para as instituições participantes do programa;

   e. fornecer subsídios para avaliação do programa.

4. Independentemente do sistema institucional, na organização administrativa do programa, deve se dispor de um mecanismo capaz de aplicar métodos e procedimentos adequados para avaliar globalmente o processo de colonização.

5. O Governo deve definir, claramente, as responsabilidades das instituições participantes do programa, de conformidade com a estratégia, os objetivos e metas previamente estabelecidas.

6. As instituições devem programar, em conjunto, e promover a realização sistemática, de atividades de capacitação de pessoal e dos beneficiários de acordo com as necessidades do programa.

BIBLIOTECA

Digitized by Google

Digitized by Google

7. A articulação interinstitucional deve ser formalizada mediante convênios ou acordos firmados, preferentemente, entre a instituição diretamente responsável pelos serviços de distribuição de terras e as demais instituições. Nada impede que em um só convênio ou acordo participem mais de duas instituições, contanto que fiquem bem definidas as responsabilidades e as formas da execução de serviços.

8. Deve haver um sistema de controle e de informação em cada instituição, com critérios, métodos e procedimentos que se compatibilizam em todas as unidades integrantes do Programa de Colonização.

9. Deve haver um fluxo normal e oportuno de recursos financeiros de conformidade com os requerimentos estabelecidos na programação operativa das instituições.

10. Cada instituição deve elaborar, anualmente, sua programação operativa, em função dos projetos específicos de colonização e levando em conta os subsídios fornecidos pelo grupo de coordenação interinstitucional.

11. Deve-se promover a participação dos beneficiários nas atividades de coordenação, programação e direção, em todos os níveis do programa de colonização.

12. Devem ser reforçados e ampliados os esforços existentes de intercâmbio e coordenação, a nível multinacional, das políticas, programas e projetos de colonização, especialmente executados pelos paises da Região Amazônica.

Digitized by Google

Digitized by Google

Técnicos das mais diversas profissões, trabalhando em instituições dos mais variados campos, testemunham com sua presença no Seminário, a complexa constelação de aspectos compreendidos no processo de colonização.

Digitized by Google

Delegados dos países amazônicos constatam uma vez mais que seus problemas são comuns e podem ser atacados de forma cooperativa, através do intercâmbio de idéias e experiências e de atividades conjuntas.

Digitized by Google

O Instituto Interamericano de Ciências Agrícolas enviou ao Seminário uma equipe de 10 técnicos, provenientes de sua Direção Geral em San José, Costa Rica; de suas direções regionais em Lima e Montevideu, e de suas representações nacionais em Brasil, Colombia e Equador.

Digitized by Google

O jantar oferecido pelo Secretário Executivo do programa IICA -- Trópicos, Dr. Luis Montoya, contribuiu muito para criar um espírito de fraternidade entre os participantes do Seminário.

Digitized by Google

SEMINÁRIO SOBRE SISTEMAS DE COLONIZAÇÃO NA AMAZÔNIA
(TRÓPICO ÚMIDO)

Belém e Altamira, Pará, Brasil
6 a 11 de novembro de 1972

SÍNTESES DOS TRABALHOS

SESSÃO DE ABERTURA

As 10:00 horas da manhã do dia 6 de novembro de 1972, no Auditório Mário de Barros, da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), realizou-se a sessão de abertura do Seminário sobre Sistemas de Colonização da Amazônia. Em primeiro lugar, usou da palavra o Dr. José Alfinito, Coordenador Regional do Norte, do Ministério da Agricultura, que em nome do Governo Brasileiro e, em particular, do Senhor Ministro da Agricultura, deu as boas-vindas aos participantes e agradeceu às diversas instituições que colaboraram na organização do Seminário.

Em seguida, o Dr. José Emílio Araújo, Diretor Geral do Instituto Interamericano de Ciências Agrícolas da OEA (IICA), pronunciou um conceituoso discurso, no qual destacou alguns aspectos fundamentais da Colonização orientada ou planejada, como atividade complementária à Reforma Agrária. Destacou, também, a importância de evitar que, com o pretexto da livre empresa, se configurem nas novas zonas abertas pela colonização, a mesma estrutura incoveniente e prejudicial de "tenência da terra" que tem feito imperativa à Reforma Agrária. Assim mesmo, mencionou a necessidade de enfocar estas empresas, com um critério humanista mas não paternalista, o que significa que o colono, além de ser um pioneiro, será também um indivíduo preparado, bem informado, com sua saúde protegida e com seus esforços apoiados. Finalmente, o expositor destacou o papel das empresas comunitárias e a importância de utilizar a colonização como um meio para diminuir a marginalização do camponês, reduzir as desigualdades e melhorar a utilização adequada dos recursos naturais.

A seguir, fez uso da palavra o Engº Agrº Hélio de Palma Arruda, Diretor de Projetos e Operações do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) em Brasília, que destacou o interesse do Governo na Colonização. Além de dar as boas-vindas aos participantes, destacou alguns dos antecedentes e características do Seminário.

Finalmente o Superintendente da SUDAM Cel. Milton Câmara Senna, fez uma interessante exposição sobre a organização e as atividades desse órgão regional de desenvolvimento.

A sessão foi encerrada às 11:00 horas.

Digitized by Google

Digitized by Google

INSTALAÇÃO DA MESA DIRETIVA

O Dr. Luis A. Montoya, Secretário Executivo do Programa Cooperativo para o Desenvolvimento do Trópico Americano do IICA, apresentou os antecedentes do programa, explicou os objetivos e metas do Seminário e leu o regulamento da reunião.

Teve início então a eleição da mesa diretiva, que ficou constituída da seguinte forma:

Presidente: Engº Hélio Palma de Arruda

Secretário: Dr. Luis A. Montoya

Relatores: Engº Agrº Edson Senna Muniz

Engº Agrº Fernando Suárez de Castro

Digitized by Google

Digitized by Google

RELATÓRIO DOS PAISES

Exposição do Delegado da Bolívia, Eng? Manuel Posnanski.

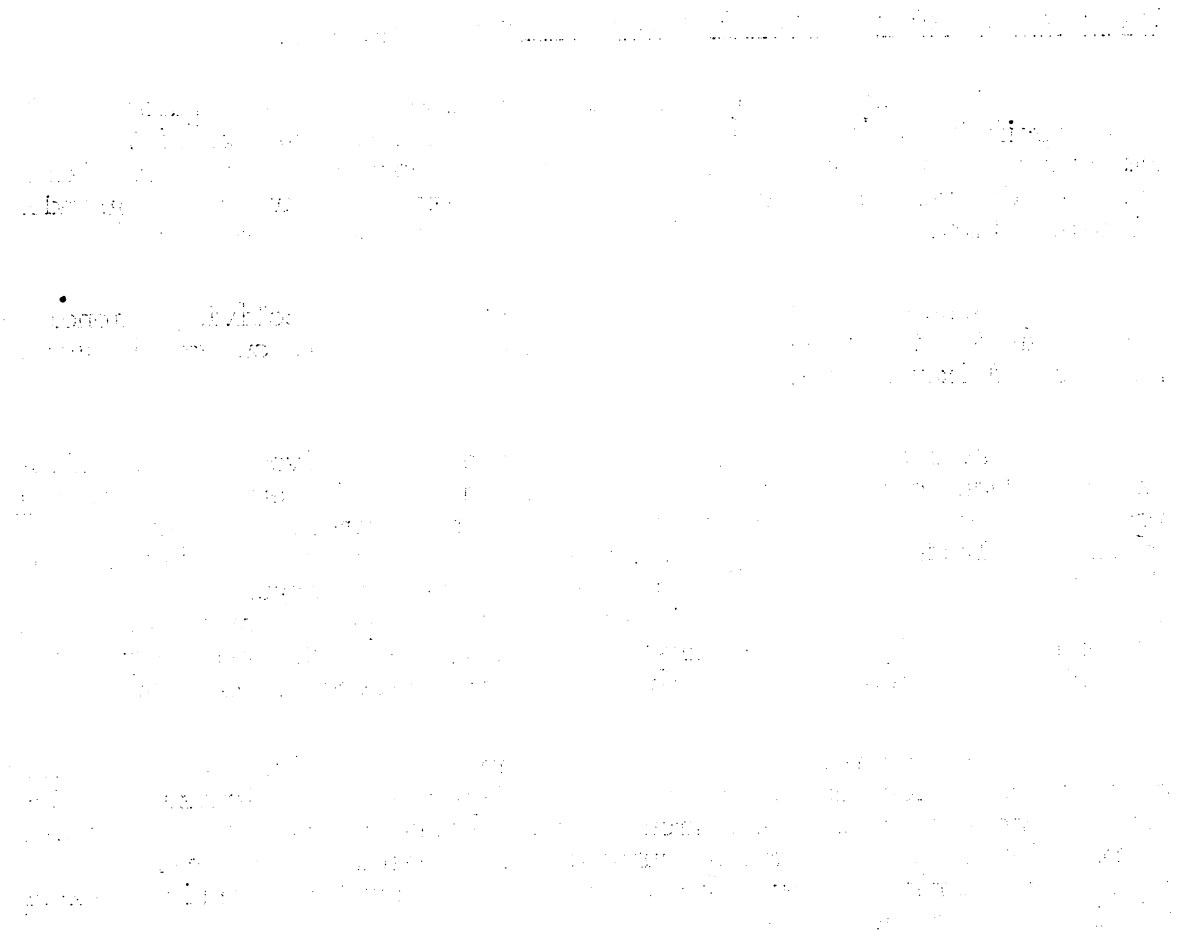
O expositor explicou as condições da zona rural boliviana (primeiro país da América do Sul que fez a reforma agrária) a importância que este setor tem para a economia e os problemas que se derivam da falta de acesso direto ao mar ou a grandes sistemas fluviais, o que dificulta e encarece as exportações.

Resumiu a história da colonização na Bolívia, mencionando várias tentativas que fracassaram em maior ou menor grau, mas que deixaram valiosos ensinamentos.

Avaliou brevemente os resultados positivos e negativos da atividade colonizadora na Bolívia, destacando entre os primeiros, o fato de ter alcançado o auto-abastecimento em arroz, açúcar e algodão e de ter conseguido uma melhor distribuição da população no território do País; entre os segundos, o de ter introduzido a "perigosa" agricultura nômade e propiciado uma tremenda destruição de recursos naturais, além de ter condenado os colonos a condições precárias de alimentação e de saúde.

Finalmente, mencionou que para racionalizar e estimular o processo colonizador, o Instituto Nacional de Colonização, deveria fomentar o estabelecimento, nas áreas novas, de sistemas empresariais, e de simples subsistência, baseados em grandes empresas de caráter comunitário, capazes de produzir artigos exportáveis de alta qualidade.

Digitized by Google



Digitized by Google

Exposição do Delegado do Brasil, Engº Agrº Helio Palma de Arruda

Após saudar as delegações dos países irmãos, o Representante do Brasil disse que sua exposição seria baseada no informativo técnico "Sistemas e Programas de Colonização na Amazônia Brasileira", elaborado para aquele Seminário.

Solicitou permissão para ler a apresentação do trabalho, uma vez que utilizaria o retro projetor, para a projeção de mapas e quadros que condensam todo o conteúdo do informativo. Em sua apresentação, enfatiza poder se afirmar que já decresce o desnível entre o patrimônio físico ocioso e a dimensão econômica em diferentes regiões do País, pois já se alarga o mercado de trabalho ampliando-se o poder aquisitivo do homem rural; crescem os índices de bem-estar da família, dentro da comunidade dos Projetos, onde o fim primeiro e último é a valorização do homem na sistemática da Colonização dentro da problemática do desenvolvimento nacional.

Na análise das instituições e empreendimentos realizados, ficou caracterizada a necessidade de reformulação da política de colonização do País, o governo brasileiro, através da Lei nº 4.504 de 30 de novembro de 1964, criou o "Estatuto da Terra" o qual em seu conteúdo deu à colonização uma feição atualizada, com novas concepções de importância política, social e econômica. Surgiram o Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário-INDA e o Instituto Brasileiro de Reforma Agrária-IBRA que apresentaram como saldo positivo:

1. Instituição do Imposto Territorial Rural-ITR.

2. Cadastro de imóveis rurais e o zoneamento agrário

3. Disciplinação de Colonização Oficial e da Particular.

4. Regulamentação do arrendamento e da parceria essenciais ao controle dos contratos agrários.

5. Estímulo ao Cooperativismo, ao sindicalismo e à Eletrificação Rural, fixando-se as bases do desenvolvimento rural.

Digitized by Google

Digitized by Google

Afirma que esse eventos, possibilitaram ao Ministério da Agricultura sugerir a reunião daqueles órgãos em apenas um, o que foi concretizado pelo Decreto nº 1.110 de 9 de julho de 1970 que criou o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA.

Projeta Mapa da Amazônia Legal que é constituída pelos Estados do Acre, Amazonas, Pará e Territórios Federais do Amapá, Rondônia e Roraima, com suas superfícies totais e parte dos Estados do Maranhão, Mato Grosso e Goiás.

A necessidade de promover a ocupação e o desenvolvimento sócio-econômico da região, levou o Governo a criar o Programa de Integração Nacional - PIN, que em última análise objetiva corrigir as disparidades regionais que o Brasil apresenta e como principais objetivos:

1. O deslocamento da fronteira agro-econômica, visando o aproveitamento de áreas desocupadas no Norte, Nordeste e Centro Oeste, mediante a implantação de Projetos Integrados de Colonização ou Reforma Agrária; o incentivo à colonização particular; o aproveitamento racional dos recursos naturais e a reorientação das correntes migratórias do Nordeste, evitando o seu deslocamento para as áreas metropolitanas do Centro-Sul;

2. A fixação e aproveitamento da mão-de-obra sub-empregada ou desempregada principalmente do Nordeste;

3. O acesso às regiões de ocorrências minerais com exploração econômica.

Complementando as medidas preconizadas pelo PIN, o Presidente da República, através do Decreto nº 1.164/71, declarou indispensáveis à segurança e ao desenvolvimento nacional, as terras devolutas situadas na faixa de 100 km de largura de cada margem das rodovias amazônicas, construidas, em construção ou projetadas.

Sistemática da Colonização no Brasil

Para execução de uma sistemática racional e orientada de Colonização no Brasil, o INCRA, elaborou uma metodologia de Programação Operacional para Projetos de Assentamentos de Agricultores, que além de normatizar, objetiva essencialmente à parte executiva do Projeto, agrupa as diversas atividades em tres grandes unidades de trabalho e estas em 12 programas, possibilitando ao INCRA, iniciar a aplicação de uma nova filosofia colonizadora no País através de seus Projetos Integrados de Colonização.

Digitized by Google

Digitized by Google

Experiências de Colonização na Amazônia Brasileira

1. Colonização Oficial

Selecionamos cinco PICs como representantes do INCRA no Seminário sobre Sistemas de Colonização na Amazônia (Trópico Úmido).

Realiza várias projeções sobre o Território Federal de Rondônia como sejam: situação fundiária até 1968; área total do Território Federal de Rondônia, com as 10 maiores áreas declaradas ao INCRA; áreas dos Projetos; áreas de presença indígena e área de Parque Indígena; Reserva Florestal; procedências das famílias que ocupam os PICs do Território.

Projeto Integrado de Colonização "Ouro Preto"

Está localizado às margens da rodovia Cuiabá-Porto Velho (BR-364), entre Ariquemes e Vila de Rondônia, no Território Federal de Rondônia. Sua área é de 226.000 ha. Foi criado em função da maior incidência da ocupação desordenada que se manifestava na região. Seus solos apresentam boa fertilidade e se encontram essências de significativo valor econômico. Seu planejamento físico dimensiona 1.800 lotes de 100 ha. e de 200 lotes de 200 ha.

Para o crédito de manutenção e alimentação, foram fornecidos créditos no valor total de Cr$ 160.000,00 para as famílias ali assentadas.

Nos seus dois anos de existência já produziu 195.000 sacos de arroz, milho e feijão, no valor de Cr$ 6.725.000,00 e na área trabalhada de 9.500 ha.

Mantém programas de culturas definitivas como a Seringueira e o Cacau, já tendo distribuido 600.000 e 150.000 mudas respectivamente. Introduz ensaio para a pecuária aos colonos, promovendo financiamentos a longos e médios prazos para bovinos e matrizes de suinos.

No sistema viário, já construiu 140 km de estradas vicinais, estando construindo mais 240 km.

Possui 24 escolas (trabalho integrado entre o MEC/INCRA/Gov. Território), onde 938 crianças recebem ensinamentos de

Digitized by Google

Digitized by Google

28 professoras e são beneficiadas por merenda escolar. Foram realizados trabalhos de conscientização da comunidade para a manutenção e conservação das escolas, com ótimos resultados.

Possui Posto Médico e uma ambulância. O Convênio INCRA/FUNRURAL, .. dedica assim perfeita assistência médica aos parceleiros e familiares.

A habitação rural é alcançada através do financiamento do material de construção. Uma serraria beneficia a madeira, barateando a casa do beneficiário.

O Crédito Rural é atendido pelo INCRA e Banco do Brasil. Alcança o montante de Cr$ 1.000.000,00 destinados à aquisição de sementes e insumos. O retorno do investimento já atingiu Cr$ 270.000,00.

A produção da última safra atindiu a receita de Cr$ 4.000.000,00.

No exercício de 1971 e 1972 (até agosto) foram aplicados neste PIC, recursos financeiros na ordem de Cr$ 5.000.000,00.

Projeto Integrado de Colonização "Sidney Girão"

Localizado às margens da rodovia federal Manaus-Porto Velho (BR-319).

Área de 200.000 ha.

Sua implantação começou este ano. Já foram demarcados 425 lotes dos quais 200 ocupados. Todos os lotem têm destinação agrícola e seu módulo rural é de 100 ha. A população da área é de 1.600 pessoas.

A área cultivada do PIC atinge 2.000 ha.

No Projeto atuam o Banco do Brasil, Secretaria de Educação do Território Federal de Rondônia e a Associação de Crédito Rural.

Estão programados como culturas permanentes, a seringueira, o cacau, a pimenta do reino e também a pecuária.

Digitized by Google

Digitized by Google

Projeto Integrado de Colonização "Gy-Paraná"

Situado no Território Federal de Rondônia, com área de 400.000 ha. Este PIC foi criado para absorver a migração intensa e expontânea advinda da abertura da BR-364.

Sua implantação ocorreu em julho do corrente ano e seu planejamento determina o assentamento de 1.000 famílias.

Estando prevista a abertura de 100 km de estradas e concessão de crédito.

Projeto Integrado de Colonização "Guamá"

Este projeto foi criado em 9 de abril de 1957, localizado no Estado do Pará; sua área é de 28.037 ha. possuindo solo de "várzea" e "terra firme", comporta 600 parcelas e existem 360 famílias assentadas. Neste PIC se processa a cultura de arroz irrigado. O nível tecnológico é relativamente bom. Sua última produção alcançou comercialização no valor de Cr$ 4.200.000,00. Possui 75 km de estradas secundárias e 20 km de estradas vicinais. Todas as parcelas possuem vias de acesso.

Possui 9 escolas funcionando em regime de 2 turnos.

Todas as parcelas possuem casas, construídas pelos próprios colonos.

Seu orçamento-programa para este ano alcança Cr$ 671.000,00.

Projeto Integrado de Colonização "Altamira I"

Localiza-se no Estado do Pará. Possui clima quente e úmido com temperatura média de 26ºC e sua precipitação pluviométrica alcança 2.000 m.m. Sua cobertura florestal tem predominância de mata pluvial dos Trópicos e sua rede hidrológica é boa.

"Altamira I" possui unidades genéticas de solo com boa fertilidade e de "terras roxas", a disponibilidade de 50.000 ha.

Seu planejamento objetiva a fixação de 3.000 famílias. O INCRA já conferiu os primeiros títulos provisórios de propriedade. O Banco do Brasil já beneficiou

Digitized by Google

Digitized by Google

parceleiros com um financiamento global de Cr$ 3.440,00.

O planejamento Urbano-Rural do PIC "Altamira I" prevê:

a. Agrovila - que é a menor unidade urbana, ocupando uma área de 100 ha., destinada aos colonos tendo por objetivos a integração social do meio rural, e melhores condições sociais às famílias. Na agrovila, ficarão localizados: escola rural, centro administrativo, clube social, pequeno comércio (seção de uma cooperativa), pequena oficina, campo de recreação e praça de esportes.

b. Agrópolis - É um centro urbano-agro-industrial e administrativo, formado por um conjunto de agrovilas e objetivando o apoio à integração social no meio rural.

c. Durópolis - É o centro principal de uma grande comunidade rural e constituida por um conjunto de agrópolis.

O PIC prevê a implantação de tres (3) módulos de colonização (que é formada por 1.000 parcelas), sessenta agrovilas, seis (6) agrópolis e 2.973 lotes rurais.

O Governo Brasileiro, considerando a explosão demográfica do Nordeste, destinou àquela região a percentagem de 65% do total dos colonos a serem implantados na Transamazônica e Cuiabá-Santarém.

No PIC "Altamira I", já estão assentadas 1.551 famílias.

Digitized by Google

Digitized by Google

Exposição do Delegado da Colômbia, Engº Jaime Román

Começou o expositor Román por destacar a importância que tem a agricultura na economia colombiana e os problemas de ordem social que têm surgido pela desigual distribuição da propriedade rústica e a insuficiência e o volume de terras incorporadas.

Explicou como se tem desenvolvido a colonização na Colômbia e quais são os objetivos que atualmente se perseguem nos programas deste tipo, os quais estão sob a responsabilidade do Instituto Colombiano de Reforma Agrária, INCORA.

Fez um resumo dos programas de colonização em desenvolvimento, tanto de colonização espontânea (com algum apoio do Estado mediante a prestação de serviços dirigidos a atender as necessidades mínimas dos colonos), como de organização orientada.

Resumiu a maneira em que se preparam e executam os planos de desenvolvimento para novas áreas com a participação do Ministério da Agricultura, o INCORA e o Departamento Nacional de Planejamento.

Mais adiante, explicou como se selecionam os colonos e como estes são assentados em suas áreas de trabalho com base em um Contrato de Irrigação de Terras, firmado com o INCORA, o qual poder-se-á transformar mais tarde em título de propriedade se, em um período não maior a 5 anos, o camponês põe em produção no mínimo 50% da unidade atribuida. Calcula-se que o tempo necessário para incorporar uma unidade econômica de produção é, em média, de dez anos.

O INCORA dá grande atenção aos aspectos de desenvolvimento da comunidade e o indivíduo, promovendo associações de camponeses, cooperativas de produção e comercialização congregados em uma Central de Cooperativas de Reforma Agrária. Assim mesmo, procura-se estabelecer escolas primárias e centros de ensino médio, como também programas de capacitação nos diversos campos para os adolescentes e adultos dos assentamentos. Constroem também hospitais e centros de Saúde.

Muita atenção é dada ao desenvolvimento viário como instrumento importante para orientar e dirigir a colonização. Os eixos principais são cinco rodovias de acesso à região oriental (Piedemonte Llanero e Amazônico); a rodovia boliviariana marginal à selva, que em uma longitude de 1.300 kms. (dos quais 500 kms. já estão construídos) se estende desde a fronteira no Equador até o limite com a Venezuela, e de

Digitized by Google

Digitized by Google

vias secundárias e estradas transversais de alimentação, que chegam até os sítios.

O expositor explicou, também, a forma como se preparam os planos indicativos de desenvolvimento agropecuário e se estabelecem os incentivos econômicos e técnicos que motivam o colono a adotá-lo. Esses planos se financiam através de um programa de crédito supervisionado (juros dos empréstimos entre 8% e 10% anuais), sustentado com fundos do INCORA e administrado pela Caixa de Crédito Agrário. Assim mesmo, se dá assistência técnica e assessoramento em relação com a comercialização. Paralelamente, se levam a cabo programas de pesquisa agrícola em tres estações experimentais localizadas em lugares representativos da Orinoquia e da Amazônia.

Por último descreveu brevemente alguns dos prospectos de colonização atualmente em desenvolvimento e respondeu a diversas perguntas que lhe formularam os participantes.

Digitized by Google

Digitized by Google

Exposição do Delegado do Equador, Engº Hugo Diaz Cadena

O Equador atravessa uma etapa de tremendas mudanças sociais e econômicas derivadas da exploração de petróleo que se está iniciando.

Até o momento, pode se afirmar que a Reforma Agrária tem sido um fracasso no Equador por motivo de ter-se adiantado em forma demagógica e desordenada.

Assim mesmo, a colonização tem sido um processo espontâneo que não tem estado submetida a fiscalização alguma.

Procura-se agora racionalizar o uso dos recursos nas zonas de colonização antiga, começando pela legalização da "tenência" e a execução de redes viárias em cuja construção se inverterá 80% do que se recebe em pagamento das terras entregues aos colonos. O Instituto Equatoriano de Reforma Agrária e Colonização (IERAC) é o encarregado de dirigir estes esforços do Estado. Procura-se que os colonos colaborem na construção e manutenção das vias de comunicação, com o propósito de que se sintam participantes ativos e responsáveis em todo o processo. O expositor fez um breve resumo da história da colonização no Equador, destacando as condições de especulação e açambarcação e monopólio que em muitos casos se tem apresentado nos terrenos cortados pelas novas vias de comunicação que se constroem para o oriente em conexão, especialmente, com a exploração petroleira.

Para racionalizar este processo, está sendo elaborado um plano de colônias dirigidas que busca incorporar as colônias espontâneas aos benefícios que o Estado oferecerá. Inclui, para cada colono, uma casa, um horto familiar, financiado pelo Banco de Fomento. Ademais, uma área comunal dedicada, no caso do Nor-oriente, à pecuária, junto com uma zona de reserva florestal. Como serviços comunais será construída uma escola, será aberta uma agência bancária que tratará dos empréstimos e serão estabelecidos uma casa comunal e depósitos que servirão de reguladores da comercialização de produtos. Espera-se que a colônia dirigida leve sua influência a todos os colonos espontâneos, aos quais está tratando de organizar em cooperativas, já que a lei que se espera colocar em vigência brevemente, não permite a entrega de terras de forma individual.

No Sudeste, as colônias dirigidas dedicar-se-ão, fundamentalmente, à agricultura, pois as terras desta região são mais férteis. Espera-se restaurar a produção de artigos como a baunilha e os frutais que em outros tempos foram prósperas culturas desta zona.

Digitized by Google

Digitized by Google

Espera-se que nos próximos dois anos sejam estabelecidos na região nordeste pelo menos tres sistemas de colônias dirigidas, outras no sudeste e até duas na zona central.

Adicionalmente, procura-se organizar colônias semelhantes com jovens recrutados para o exército. Ademais, contempla-se a entrega de terras a empresas agrícolas com bom suporte econômico que desejem desenvolver culturas importantes.

Reconheceu-se que todo este programa é de emergência em razão da rapidez com que se estão construindo vias de comunicação em direção ao oriente.

Em síntese, pode se afirmar que o Equador está dando os primeiros passos no campo da colonização, esperando-se obter uma experiência valiosa ao final da próxima década.

Digitized by Google

Digitized by Google

Exposição do Delegado do Peru, Engº José Corbera

O expositor fez um breve resumo da história da colonização no Peru, destacando a pouca aplicação feita no passado dos dispositivos legais existentes, já que a colonização foi um processo espontâneo, estimulado pela exploração de alguns recursos naturais na Amazônia, a construção de vias de comunicação, a ação dos missionários católicos. Foi somente à raiz da primeira Lei de Reforma Agrária, em 1964, que se estabeleceram requisitos e condições para os adjudicatários de terras. Na atualidade, está-se terminando o estudo de uma Lei de Desenvolvimento Agrário da Região da Selva, que se baseia no princípio básico de que a terra constitui um bem de trabalho e que, portanto, deve ter como fundamento a exploração direta e pessoal pelo seu titular.

Explicou, a seguir, a estrutura administrativa do Ministério da Agricultura, cuja Direção Geral da Reforma Agrária e Assentamento Rural dirige as ações do Estado no campo da colonização.

Atualmente se levam a cabo vários projetos de colonização no Peru, entre os quais vale a pena mencionar os seguintes:

a. Colonização na margem direita do rio Apurimac

b. Colonização Tingo-Maria-Tocache-Campanilla

c. Colonização na margem direita do rio Apurimac

d. Colonização Genaro Herrera-Puerto Angamos

Respondendo às perguntas dos participantes, o delegado peruano mencionou as razões que, em sua opinião, explicam alguns fracassos que ocorreram com imigrantes estrangeiros, os quais, por falta de apoio do Estado, foram dizimados pelas doenças tropicais. Como exceção, mencionou o sucesso de uma imigração japonesa-brasileira na zona de Pucalpa.

Um participante mencionou que no Peru algumas das empresas associativas criadas pela Reforma Agrária estão estudando projetos de colonização para colocar nas mesmas jovens da zona onde funciona a empresa associativa, como forma de enfrentar a escassez de trabalho para os jovens.

Digitized by Google

Digitized by Google

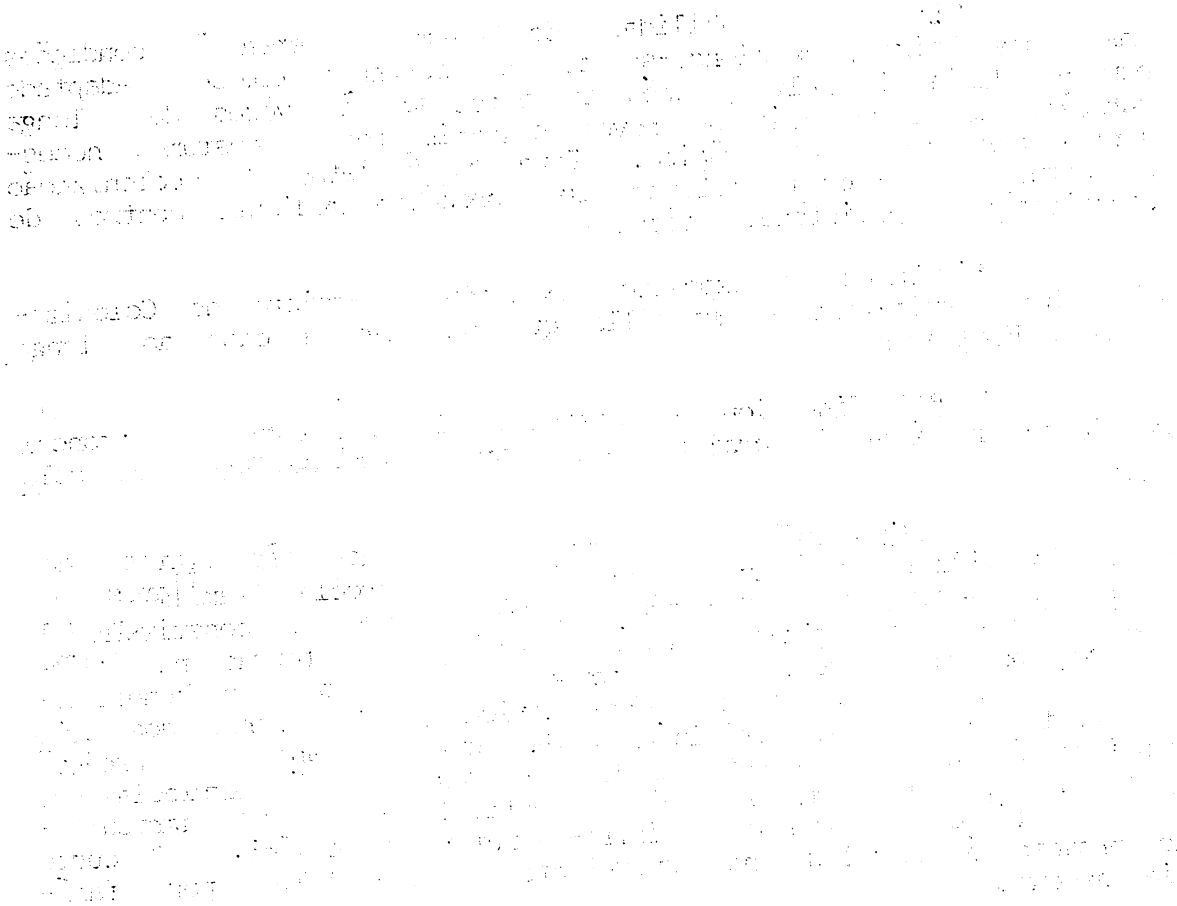
Sobre a adaptabilidade do homem da serra às condições das zonas baixas, mencionou-se que os serranos tem-se adaptado bem na "ceja de selva", após um processo às vêzes de longa duração, de assimilação de novos conhecimentos e costumes necessários para viver no trópico. Para os projetos de colonização em estudo se procura acelerar este processo mediante centros de capacitação e assistência técnica.

Finalmente o expositor explicou o Projeto de Colonização Tingo Maria-Tocache-Campanilla que se leva a cabo ao longo do rio Huallagar.

O BID financiou a construção de uma estrada troncal ao longo da área do projeto, bem como o crédito para os colonos.

As adjudicações de terra na atualidade são feitas de forma individual, de forma comunitária em parcelas familiares e de forma estritamente comunitária a grupos que se constituem em cooperativas. Contempla-se também a entrega de terras na forma de complexo agro-industrial em torno da produção e o beneficiamento de 1.500 hectares de palma africana. A maioria dos colonos neste projeto são originários da serra peruana. O projeto beneficiará cerca de 4.800 famílias e desenvolverá agricolamente perto de 130.000 hectares. Já se estabeleceram 2.800 agricultores e está em construção a infra-estrutura necessária. O custo do projeto é calculado no equivalente de US$8.000,00 por família assentada.

Digitized by Google



Digitized by Google

Exposição do Delegado da Venezuela, Srta. Carmen Aubey

A Venezuela não tem experiência em programas de colonização.

Em 1969 o Governo criou a Comissão para o Desenvolvimento do Sul da Venezuela (CODESUR), encarregada de promover o desenvolvimento da zona incluída no Distrito Cedeño do Estado Bolivar e o Território Federal Amazonas.

A Comissão persegue os seguintes objetivos:

1. Afirmar a soberania nacional e a presença do Estado Venezuelano

2. Elevar progressivamente o nível socio-cultural e econômico da população da Região

3. Incorporar as fontes de riquezas da região ao processo harmônico do desenvolvimento nacional.

A Comissão tem em execução 12 planos que atacam diversas frentes de desenvolvimento da extensa zona de 240.000 quilômetros, com cerca de 70.000 habitantes, que é o campo de ação da instituição.

A potencialidade florestal da região é muito grande, embora não tenha sido explorada por falta de vias de comunicação. A potencialidade agropecuária é muito limitada, pois a grande maioria dos terrenos são pouco aptos para culturas agrícolas ou pastagens.

Com respeito à colonização, pode ser dito que a mesma é uma ação de interesse nacional já que a Região Sul tem muito baixa densidade de população, uma elevada percentagem de população indígena não transculturada e em vias de transculturação, e uma distribuição mal orientada da população.

Foram iniciadas experiências de colonização em dois centros povoados: Solano e San Juan de Manapiare. A primeira experiência contará com uma população total de 45 famílias. A segunda tem uma população aproximada de 1.000 pessoas.

Respondendo a diversas perguntas dos participantes, a delegada da Venezuela esclareceu que está sendo estudada a forma de organizar imigrações de outras zonas para esta região, incluindo-se a possibilidade de imigrantes estrangeiros.

Digitized by Google

Digitized by Google

ASPECTOS RELEVANTES E COMUNS DOS PROGRAMAS DE COLONIZAÇÃO DOS PAISES AMAZÔNICOS (TRÓPICO ÚMIDO)

Uma Comissão presidida pelo Engº Agrº Enrique Blair, do Instituto Interamericano de Ciências Agrícolas da OEA (IICA), e tendo como membros os Srs. Augusto Donoso, Rufo Bazan, Lourival Patrocínio Silveira e Enrique Blair, fez uma síntese dos aspectos mais importantes que aparecem em todos os relatórios dos Paises.

O expositor destaca o caráter preliminar do relatório que vai apresentar, sujeito a ser corrigido pelos representantes dos Paises.

O relatório foi dividido em 5 tópicos:

a. Os fatores que provocam a colonização.

b. Os objetivos de colonização.

c. Esforços recentes neste campo.

d. Principais problemas e limitações encontrados nos programas de colonização.

e. Fórmulas para superar estes problemas.

O documento completo é o seguinte:

A. Problemas e Fatores que Induzem à Colonização

1. Excedentes populacionais (Dinâmica das aspirações)

2. Afirmação da soberania nacional.

3. Incapacidade de absorção de mão-de-obra por parte de outros setores da economia.

4. Distribuição da renda.

5. Ocorrência de movimentos espontâneos de colonização.

6. Construção de estradas com fins distintos de colonização.

7. Outros (deduzíveis):

Digitized by Google

Digitized by Google

a. Insuficiência da produção agrícola

b. Precárias condições sociais

c. Limitações do mercado interno

d. Constatação de desiquilíbrios regionais

B. Objetivos da Colonização

1. Complementar a reforma agrária.

2. Ordenamento da colonização espontânea.

3. Criação de novos empregos produtivos.

4. Melhor distribuição da renda.

5. Aproveitamento das estradas.

6. Ocupação do território.

7. Outros (deduzíveis)

a. Aumento da fronteira e da produção agrícola.

b. Desenvolvimento do homem.

c. Expansão do mercado interno.

d. Correção de desiquilíbrios regionais.

C. Volume e Resultados dos Esforços Colonizadores Recentes

1. Os trabalhos apresentados indicam que todos os Países da Bacia Amazônica têm feito esforços consideráveis para a colonização das terras sob sua jurisdição. No entanto, a informação apresentada não permite quantificar a magnitude desses esforços em termos economicos e sociais.

2. Não há informação sobre o volume das inversões realizadas, extensão das terras incorporadas ao processo produtivo, número de famílias beneficiadas e nem sobre os custos sociais do processo de assentamento. A comissão relatora pensa que os esforços dispendidos pelos diversos países não correspondem com os resultados alcançados.

Digitized by Google

Digitized by Google

D. Principais Problemas e Limitações Encontradas nos Programas de Colonização

1. De ordem ecológica:

   a. Dificuldade de adaptação do homem ao novo meio ambiental;

   b. Exploração irracional dos recursos naturais: solo, água, clima, floresta;

   c. Insuficiência de estudos básicos.

2. Do ponto de vista técnico

   Insuficiência dos trabalhos de experimentação.

3. Do ponto de vista social

   Insuficiência dos programas assistenciais: educação, saúde, etc.

4. De ordem econômica e financeira

   Alocação insuficiente de recursos financeiros para o programa de colonização: crédito, infra-estrutura física, etc.

5. De ordem institucional:

   a. Falta de coordenação entre os organismos envolvidos no programa;

   b. Insuficiência da capacidade instalada pelos organismos face às necessidades do programa;

   c. Tipo de empresa à base de unidades individuais que parece ser inadequado face aos aspectos voltados para a produção e comercialização;

   d. Formulação de planos gerais sem maiores indicativos;

   e. Inadequada e insuficiente assistência técnica.

E. Fórmulas para Supervisão dos Problemas Encontrados

1. Maior investigação sobre a ecologia regional e inventariação dos recursos naturais;

Digitized by Google

Digitized by Google

Educação e orientação para a exploração da floresta, segundo planos técnicos.

2. Adequar a natureza e o ritmo dos trabalhos de pesquisa aos objetivos centrais da colonização.

3. Reforçar os programas sociais com vistas à educação, saúde, adaptação do homem ao meio ambiente, introdução de facilidades culturais e recreativas para o colono.

4. Alocação de recursos financeiros suficientes e oportunos para manutenção e ampliação da infra-estrutura física, econômica e social; para o desenvolvimento das unidades de produção e operação das mesmas.

5. Do ponto de vista institucional:

   a. Adoção de um sistema de organização regional e local que comprometa efetivamente a todas as instituições envolvidas no programa, sob um comando unificado de coordenação;

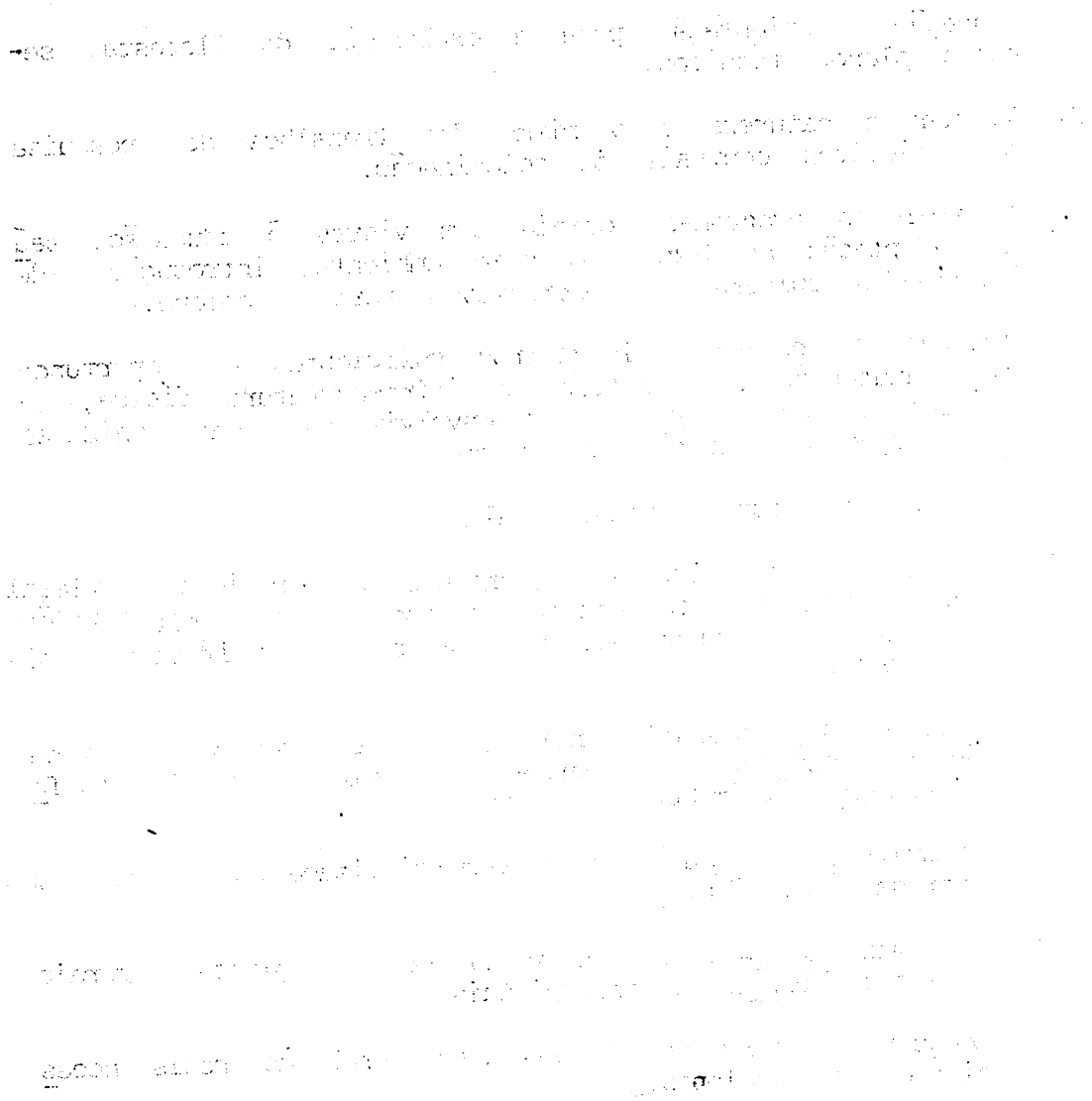
   b. Adequar a capacidade instalada pelos organismos face às necessidades do programa do ponto de vista das facilidades dos recursos e do pessoal;

   c. Organizar a produção e a comercialização com base em empresas associativas;

   d. Dar maior importância e realidade aos planos gerais e especialmente os operacionais;

   e. Adequar os serviços de extensão rural às reais necessidades dos colonos.

Digitized by Google



Digitized by Google

EXPERIÊNCIAS DE COLONIZAÇÃO EM OUTRAS ÁREAS NÃO AMAZÔNICAS

Exposição do Delegado do Paraguai, Adv. Miguel Angel Ramirez

O expositor descreveu as condições geográficas e socio-econômicas do seu País, assim como a evolução histórica dessa nação. Destacou as desigualdades na distribuição de propriedade das terras até chegar à criação do Instituto de Bem-estar Rural, em 1963, encarregado pela lei da transformação da estrutura agrária e a incorporação do camponês ao desenvolvimento do País.

Entre as várias finalidades que foram atribuidas a dito Instituto, está a de fiscalizar e dirigir programas de colonização.

A construção da estrada Assunção Porto Presidente Stroessner e do sistema viário brasileiro fronteiriço, abriu imensas zonas que começaram a ser povoadas. Hoje, nos 5 departamentos colonizados vivem cerca de 29% de população do País.

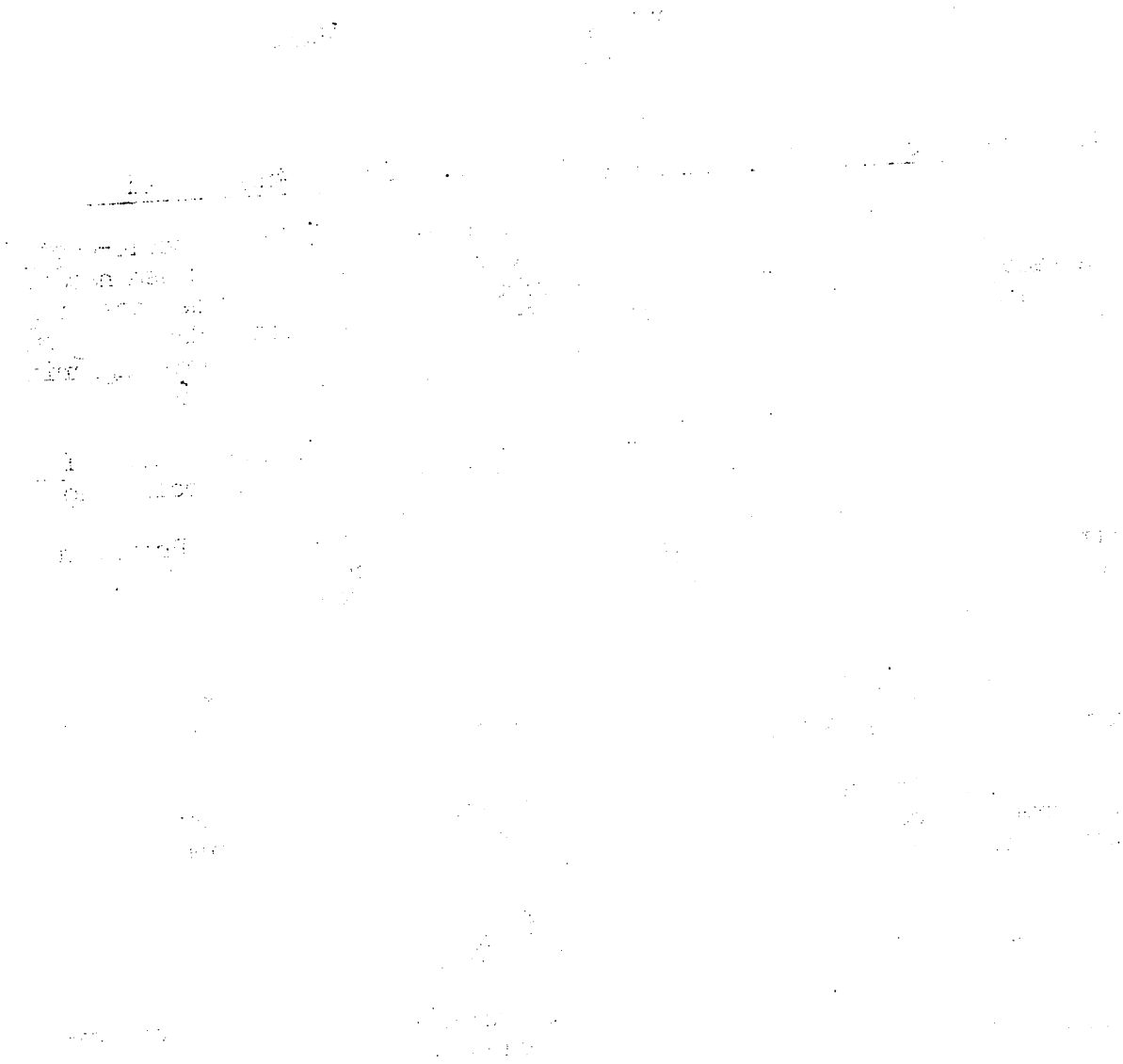
Está ainda em andamento um programa de promoção do retorno à pátria de cidadãos paraguaios emigrados, os quais são assentados em colônias especiais.

Está sendo iniciado também um programa de assentamento para os conscritos retirados e outro para os veteranos da guerra do Chaco.

Assim, o IBR tem dado título de propriedade a 60.000 camponeses aproximadamente, nos últimos 5 anos.

O expositor finalizou seu relatório explicando os resultados obtidos em algumas das colônias estabelecidas.

Digitized by Google



Digitized by Google

Exposição do Dr. David Penny, da Universidade de Cornell

Embora as condições na Ásia sejam diferentes às da América do Sul, acredita-se ser de utilidade para os participantes do Seminário conhecer como se desenvolve a colonização em Indonésia e Malásia.

Em ambos paises a colonização do território tem-se realizado de tres formas principais: espontaneamente, como resultado de indivíduos ou grupos; mediante o estabelecimento de plantações e, por último, mediante programas governamentais.

Na Indonésia tem predominado o primeiro tipo de colonização, enquanto os outros dois têm sido os principais na Malásia. Considere-se que o sistema de plantações terá, no futuro, pouca importância em ambos paises e se tem demonstrado que as vantagens econômicas destes sobre os lotes familiares são menores que as que geralmente se pensa.

Na Indonésia as colonizações organizadas pelo Governo (que visam reduzir a tremenda pressão populacional que Java sofre, levando gente a Sumatra) têm tido muito pouco sucesso por falta de assistência técnica e de funcionamento adequado e por ter-se orientado ao estabelecimento de sistemas agrícolas de mera subsistência, com parcelas de tamanho reduzido (1 a 2) hectares. Na Malásia melhores resultados foram obtidos, mediante a aplicação de métodos intensivos de cultura nas áreas de colonização.

A colonização espontânea é predominante em ambos paises; tem-se conseguido melhores resultados em assentamentos ou colônias formadas por emigrantes de diferentes origens; quando não existe entre eles uma incompatibilidade muito grande (religiosa ou cultural, especialmente), contribuem com diversos conhecimentos de utilidade para todos.

No caso da Indonésia, País muito pobre, na atualidade se aceita ser o enfoque paternalístico tremendamente prejudicial.

O expositor pensa que, para conseguir que o deslocamento de população seja satisfatório, ter-se-ia que construir estradas, assegurar ao colono uma proteção legal para seus direitos sobre o lote que trabalha e tratar que os mesmos tomem posse de lotes não menores a 4 hectares.

Digitized by Google

Digitized by Google

Exposição do Economista Rigoberto Sandoval, funcionário da FAO

É praticamente impossível falar de colonização sem tratar também de Reforma Agrária, já que são programas estreitamente relacionados.

Por outra parte, é muito importante considerar os custos envolvidos no assentamento das colonizações. Neste Seminário alguém falou de custos de 8 mil dólares por família assentada e não é exagerado calcular a cifra de 10 mil dólares como um custo normal. Isto faz impossível para os governos iniciar programas desta classe com a amplitude suficiente para resolver o problema agrário. Adicionalmente, as colonizações dirigidas desenvolvem uma atitude paternalista entre os beneficiários, que os leva a esperar tudo do Estado.

Neste momento ocorrem modificações muito evidentes no enfoque destes problemas, das quais é sintoma claro a declaração aprovada pelos países na reunião da FAO realizada em Caracas, no ano passado. Na mesma destacou-se a diferença fundamental entre desenvolvimento e crescimento e a necessidade de se preocupar, não só pelo aumento de renda, mas também pela melhor distribuição da mesma renda.

A concepção de reforma agrária tem evoluído paralelamente, passando de simples mudança de títulos jurídicos até a chamada reforma agrária integral e, numa concepção mais avançada, à reforma agrária dinâmica, que implica na participação preponderante e ativa do próprio camponês.

Ao mesmo tempo ocorrem mudanças nas estruturas dos sistemas de produção, emergindo vigorosamente formas comunitárias e associativas que fazem obsoletos os sistemas baseados nas "fincas" familiares e que facilitam a utilização de maquinaria e outros avanços tecnológicos, bem como o uso do crédito que não é oferecido com facilidade a pequenos proprietários individuais.

O expositor explicou, a seguir, alguns dos esforços que foram realizados na América Central, com êxito muito variado, no campo de colonização.

Informou que a FAO está assessorando os técnicos brasileiros que estao elaborando diversos projetos de assentamento na região amazônica, os quais, possivelmente, sejam financiados pelo Banco Mundial. Existe preocupação, na FAO, sobre a utilização correta dos

Digitized by Google

Digitized by Google

recursos da Amazônia e se espera a doação de importâncias consideráveis à pesquisa de diversos fatores que incidem sobre essa utilização.

Quanto à reforma agrária, o pensamento da FAO está expressado no documento preparado pela comissão presidida pelo Dr. Lleras Restrepo e que foi aprovada em Roma no ano passado.

Em resposta a diversas perguntas dos participantes, o Dr. Sandoval apresentou vários exemplos de fracasso da propriedade individual de terra, tais como o do México, onde os "ejidos" foram parcelados.

Digitized by Google

Digitized by Google

POLÍTICAS DE FINANCIAMENTO DE PROJETOS DE COLONIZAÇÃO DO BID

Exposição do Senhor Adolfo Beeck, Consultor Regional Agrícola do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID)

Nos primeiros 10 anos de operações o BID participou no financiamento de 18 projetos de colonização em 13 Paises, com um total de 150 milhões de dólares. Um pouco mais da metade destes projetos são levados a cabo em regiões tropicais úmidas.

Ao avaliar os projetos financiados até hoje, tem-se encontrado que alguns têm sofrido de má administração e que aqueles com menos dirigismo do Estado são os que em geral, melhor funcionam. Nas colonizações oficiais observa-se a existência de atitude paternalista que nem sempre favorece os colonos. Entretanto, o estabelecimento de serviços de apoio como crédito, extensão, saúde e educação, tem ajudado ao desenvolvimento, mesmo nas zonas de colonização espontânea.

Estas avaliações têm ajudado a fixar a política do BID sobre o apoio aos projetos de colonização. Na atualidade está dirigida para apoiar os projetos que estimulam e assentam as correntes migratórias espontâneas e as quais lhes sejam fornecidos os serviços de apoio indispensáveis.

Ademais, se levam em conta outros fatores entre os quais se destacam os seguintes:

O projeto que deseje ser financiado tem que estar fundamentado nas necessidades econômicas e sociais do País ou da região e formar parte de um programa global de desenvolvimento. Em segundo lugar tem que ser assegurado ao máximo o aproveitamento dos recursos naturais e humanos disponíveis, com o fim de reduzir as inversões necessárias. Em terceiro lugar a zona onde se executa deve reunir certos pre-requisitos mínimos de fertilidade e outras condições complementares que garantem rendimentos adequados. Adicionalmente -e isto é muito importante - a produção prevista na colonização deve estar planejada de acordo com a política geral de desenvolvimento; os lotes que são entregues devem ter tamanhos adequados para garantir uma renda adequada aos colonos, o sistema de manejo previsto deve estimular a iniciativa e a responsabilidade individuais e evitar o paternalismo.

Com frequência se comprova que os cálculos de rendimentos que se fazem nos projetos são bastante otimistas; por

Digitized by Google

Digitized by Google

outra parte, muitas vêzes se calculam inversões fixas demasiadamente altas e fatores pouco produtivos de rendimento a muito longo prazo (moradias definitivas para os colonos, por exemplo).

Tem-se comprovado que as agências executoras mais eficientes são as que funcionam com autonomia e descentralização e que contam com apoio financeiro adequado.

O BID, en relação com a colonização, deve concentrar seus recursos nas seguintes atividades:

a. estudos de pre-inversão (localização de zonas de colonização, reconhecimentos básicos, etc).

b. obras de infra-estrutura básica (caminhos, etc).

c. serviços de apoio (pesquisa, crédito, etc).

O Banco dividiu os paises membros em grupos conforme o seu grau de desenvolvimento e fixou prazos diferentes de amortização, juros e contribuições de contraparte diferentes, relacionadas com o grau de desenvolvimento de c/grupo de paises e a urgência social e econômica do projeto que se deseje financiar.

Finalmente, o expositor destacou a atitude ampla do BID quanto a atender as críticas e aceitar sugestões.

Em resposta a várias perguntas dos assistentes, o Senhor Beeck informou a existência de indicativos adotados pelo BID em relação a projetos de colonização em zonas tropicais úmidas, que se referem a relações custo-benefício, inversão por família assentada, etc.

Esclareceu ainda que a aplicação dos recursos do BID em cada país tem que ser feita de acordo com o governo respectivo.

Ademais, embora o BID prefere apoiar atividades de colonização espontânea, isto não exclui o apoio a projetos dirigidos ou semi-dirigidos se os governos estão interessados em projetos desta classe.

Informou, assim mesmo, que o tempo de estudo necessário para que o Banco aprove um projeto a ele apresentado, pode demorar desde 3 meses, como mínimo, até vários anos, dependendo da quantidade de informação complementar que seja necessário reunir.

Digitized by Google

Digitized by Google

ASPECTOS DE SAÚDE NA COLONIZAÇÃO

Exposição do Dr. Juan Ponce de León, funcionário da Organização Mundial de Saúde.

Quando se translada pessoal de uma zona a outra é necessário lembrar que sempre ocorre um processo de adaptação. Além do que, o homem é o principal veículo de toda classe de doenças, o que obriga a tomar precauções para que ao colonizar não sejam estendidas endemias que mais tarde cheguem a dificultar a própria conquista de novos territórios. Não se deve esquecer que várias doenças graves como a varíola, foram importadas à América com os descobridores e colonizadores europeus e que as mesmas dizimaram impiedosamente as populações nativas.

A Organização Mundial de Saúde está alerta e sempre pronta a cooperar na luta entre as doenças nas áreas de colonização.

Digitized by Google

Digitized by Google

APRESENTAÇÃO DO DOCUMENTO BÁSICO PARA DISCUSSÃO 1/

Exposição do Tema 1: "A Pesquisa Agrícola na Amazônia". Expositor: Engº Agrº Fernado Suarez de Castro, IICA

Após uma breve caracterização climática do trópico úmido, o expositor resumiu os serviços experimentais que o Brasil e o Peru têm na bacia amazônica. Aceitando como muito meritórios estes trabalhos, destaca-se a necessidade de um esforço gigantesco de pesquisa para atacar o problema tecnológico da utilização dos recursos renováveis da Amazônia, esclarecendo que não se julga suficiente destinar mais dinheiro e mais gente à pesquisa, mas que se deve começar pela elaboração de um programa global a longo prazo, com etapas definidas e metas intermediárias que se coordenem e fortaleçam mutuamente, convergindo em pontos críticos até desembocar em objetivos bem selecionados.

Deve-se tomar em conta, ainda, que, sendo o homem o sujeito e o objeto final desta ação, o programa de pesquisa que se recomende deve ter um componente maior de caráter socio-econômico.

Necessita-se uma doutrina desenvolvimentista para a Amazônia e um programa correlativo àquele. Ademais, é indispensável desenvolver sistemas agrícolas acomodados às diversas unidades que formam parte deste universo imenso que se chama Amazônia.

Foram enumeradas várias condições básicas desses sistemas e foi estabelecida a classificação de zonas ecológicas e socio-econômicas com características semelhantes, como passo inicial de toda uma sequência de atividades indispensáveis para avançar firmemente no aproveitamento estável dos recursos da região.

Deve-se ter presente, por último, que o desenvolvimento da Amazônia não é uma simples empresa de fomento agrícola, que as estações experimentais possam resolver sozinhas.

Durante a discussão informou-se que em abril de 1972 houve uma reunião de diretores de pesquisa da região tropical. Os diretores assinalaram que não existe na Amazônia programas integrados de pesquisa, senão experiências isoladas e que, ademais, o pessoal que trabalha em pesquisa é muito escasso.

1/ Este documento foi preparado por um grupo de técnicos sob a coordenação do Instituto Interamericano de Ciências Agrícolas (IICA), com a finalidade de servir de base para as discussões dos Grupos de Trabalho.

Digitized by Google

Digitized by Google

Outro participante chamou a atenção ao caráter de programa a longo prazo que inspira o documento exposto e a necessidade de que o Brasil tem de racionalizar o processo de povoamento que está ocorrendo.

Digitized by Google

Digitized by Google

Exposição do Tema 2: "Alternativas do Uso dos Solos Amazônicos". Expositor: Engº Agrº Rufo Bazan.

Tem-se difundido a lenda da grande potencialidade produtiva da Amazônia e, agora, já se aceita que esta potencialidade não é tão grande como se pensava. Predomina nesta área a agricultura migratória de grande valor, uma vez que fornece sustento a muitas famílias a ponto tal que esta agricultura migratória possivelmente deve ser considerada como base de futuros sistemas de agricultura para a região.

Para seu melhoramento, entretanto, terá que se iniciar a aplicação sistemática de certas práticas de manejo em cada uma das fases de repouso e exploração das terras.

Neste tipo de agricultura a produção de safras não se realiza senão durante dois ou tres anos para logo transformar as terras em pastagens ou bosques. É de interesse conhecer a sequência que se poderia usar para aproveitar economicamente, e de forma intensa, o sistema migratório de agricultura, o que exige a classificação das zonas ecológicas para posteriormente fazer a pesquisa integral visando desenvolver "pacotes" de práticas para cada unidade ecológica.

Em Ouro Preto, está sendo levada a cabo pela primeira vez uma pesquisa com estas características, sob a direção do Dr. Paulo de Tarso Alvim. Seria necessário multiplicar os projetos deste tipo. Uma vez feitos, poder-se-ia chegar a determinar uma "gradiente tropical de produtividade", comparável com as determinadas em outras latitudes.

Durante a discussão assinalou-se a necessidade de dar-se muito importância à capacitação de técnicos. Existem na região as Faculdades de Ciencias Agrárias de Belém e de Iquitos, as quais deveriam ser intensamente aproveitadas na capacitação de especialistas. Além disso, a universidade está agora orientada para a pesquisa, não somente aqui no Brasil como também em outros países com áreas tropicais úmidas. Dessa forma, poderiam cooperar nestas atividades de experimentação e de desenvolvimento de inovações. Assim mesmo, é necessário pensar em cursos curtos de capacitação acelerada que sirvam para preparar técnicos adaptados às condições do trópico.

Sobre as alternativas de uso dos solos amazônicos insistiu-se no fato de que a falta de dados experimentais integrados em sistemas, não permite avançar muito na solução deste importante problema.

Digitized by Google

Digitized by Google

Pensa-se, por exemplo, em sistemas mistos de culturas associadas, de maneira que cada terra produza várias colheitas ao mesmo tempo.

Outros participantes ressaltaram a importância da pesquisa e a dificuldade de estabelecer-se serviços de extensão sem contar com o suporte de dados experimentais, bem como a necessidade de dar-se mais apoio às instituições que trabalham na região.

Um participante mencionou a existência, entre os indígenas da América, de sistemas de utilização dos solos que deveriam ser estudados cuidadosamente, pois daí podem sair importantes ensinamentos.

Chamou a atenção, ainda, ao fato de que junto às preocupações pela pesquisa, deve existir também o afã de transmitir ao agricultor os conhecimentoss que vão sendo adquiridos e as inovações em desenvolvimento.

Digitized by Google

Digitized by Google

Exposição do Tema 3: "Infra-estrutura Viária em Programas de Colonização". Expositor: Economista Arnaldo Veras, IICA.

O expositor começou destacando a necessidade de aplicar critérios para a seleção de áreas onde se desenvolverão projetos de colonização.

Os vários critérios possíveis devem ser julgados em relação à taxa máxima de retorno possível, com um mínimo de dano ao meio ambiente.

Sabendo que a inacessibilidade aos mercados constitui um obstáculo decisivo, a colonização da Amazônia deve ser uma consequência da implantação de grandes obras de infra-estrutura de transporte, visto que a rede fluvial não é suficiente para vencer o problema de dispersão humana.

Daí que os rios navegáveis devem ser ligados entre si por sistemas de transporte rodoviário. Os cursos d'água constituiriam, assim, as vias de penetração. As estradas principais e caminhos vicinais teriam a função de distribuir e fixar a ocupação.

O expositor, a seguir, analisou os dois níveis de infra-estrutura viária: o nível da região e o nível do projeto.

No primeiro nível, o documento defende um enfoque inovador e critérios macroeconômico e político-sociais para a implantação de infra-estrutura viária.

No nível do projeto também se preconiza um enfoque não convencional, determinado pelo pouco conhecimento das condições ambientais e a necessidade de adaptar-se ao tipo de organização territorial e social adotado.

O documento advoga se evitar ênfase exagerada nas obras de infra-estrutura física nos projetos, pois podem fazer o item de maior peso na estrutura de custos.

Depois de formular recomendações específicas para assegurar a rentabilidade da infra-estrutura, o expositor apresentou uma série de perguntas chaves para serem discutidas pelos participantes do Seminário.

Digitized by Google

Digitized by Google

Exposição do Tema 4: "Planejamento Físico". Expositor: Engº Agrº Cristóbal Unterrichter, IICA

Todo processo colonizador tem que fazer parte dos programas globais de desenvolviemtno do respectivo país. Por conseguinte, é o homem a meta de todo este esforço e deve ser ele a medida de tudo o que seja projetado.

Destarte, o planejamento de uma colonização consistirá na ordenação dos recursos existentes em benefício de determinado grupo humano, para obter um adequado e permanente desenvolvimento humanista de todos os colonos, a maior produção agropecuária com o menor custo, e a máxima garantia de conservação e melhoramento dos recursos naturais.

Em primeiro lugar, as casas devem estar, de preferência, aglomeradas embora nunca mais distantes que um quilômetro do lote de trabalho.

Se a unidade familiar é menor que 6 hectares, será possível estabelecer agrupamentos de mais de 150 famílias, número suficiente para justificar uma escola primária, uma venda ou sucursal de cooperativa, e a radicação permanente do pessoal de serviços básicos (sacerdote, professor, extensimista, etc.).

Se as unidades de cálculo são maiores que 6 hectares, poder-se-á oferecer a vantagem da concentração de casas, apenas para aquelas famílias cujos lotes não fiquem mais de meia hora de caminho. Nesse caso, terão que ser programadas, unidades complementares de 4 casas. As aldeias ou vilas secundárias estarão a uma distância não maior do que pode percorrer uma criança para frequentar uma escola equidistante, a qual se calcula em 4 quilômetros.

Deve se assegurar para as colônias um sistema de compras de pelo menos um produto facilmente produzível na zona, além de assistência técnica, centro básico de saúde, centro cívico-cultural, entidade de crédito e estação de maquinaria.

A vila primária deve congregar um grupo mínimo de famílias de bom nível cultural, para que possa atrair e reter uns 15 técnicos e administradores que deveriam morar na vila com suas famílias.

Finalmente, se julga que a existência de polos de

Digitized by Google

Digitized by Google

desenvolvimento não só é compatível com o planejamento físico das colonizações, como a existência daqueles é requisito indispensável para o desenvolvimento das unidades de exploração que sejam formadas.

Durante a discussão foi externada a idéia de que, ao planejar uma colonização para os cálculos correspondentes, deve-se prever para o camponês produzir economicamente e assim, eventualmente, viajar não mais a pé, mas motorizado, o que permitirá ampliar o tamanho das agrovilas, já que as crianças criadas em lares isolados são em geral tímidas e acanhadas.

Digitized by Google

Digitized by Google

Exposição do Tema 5: "Organização de Produção e de Comercialização". Expositor: Engº Agrº Enrique Blair, IICA

Este tema tem características especiais devido à existência de uma ecologia estudada muito imperfeitamente, à distância aos centros povoados e às linhas de produção com escassa tecnologia disponível.

Por outra parte, julga-se ser a colonização um complemento da reforma agrária e que ao empreendê-la, em regiões como a Amazônia, presume-se que estão esgotadas as possibilidades de resolver graves problemas sociais e econômicos através de outros mecanismos. Isto exige um apoio muito grande como única forma dos programas de colonização alcançarem sucesso como empresas ligadas a homens deslocados de seu meio ambiente tradicional.

A história indica que ocorrem grandes fracassos nos projetos de colonização devidos à falta de apoio e de organização adequada, e que tais fracassos produziam sacrifício imenso para grandes massas humanas. Isto não deverá acontecer mais.

O expositor enumerou vários fatores que, a seu critério, explicam os êxitos que algumas poucas empresas colonizadoras têm conseguido. Descreveu, a seguir, os diversos tipos de empresas para a produção comercial agrícola, que vão desde a organização empresarial, com bases em unidades individuais, tipo familiar, até às diversas formas associativas. Enumerou, também, as vantagens e desvantagens de cada sistema, destacando as vantagens sociais e econômicas que, em seu conceito, apresentam as formas associativas.

Durante a discussão assinalou-se a pouca adaptabilidade das empresas associativas à idiossincrasia e tradição cultural do Brasil.

Este ponto foi analisado, mencionando-se a conveniência de ensaiar esta forma empresarial na região amazônica para determinar experimentalmente suas possibilidades de utilização.

Digitized by Google

Digitized by Google

Exposição do Tema nº 6: "Assistência Técnica em Programas de Colonização na Amazônia". Expositor: Engº Agrº Pedro Merçon Vieira.

O conceito de assistência técnica no processo de colonização abraça aspectos de capacitação em tecnologia produtiva, assistência social ao produtor e sua família, apoio a órgãos associativos e organização da produção.

Sua estratégia e organização deve guardar relação com as condições próprias dos trópicos úmidos e para ser efetiva deve ser complementada com outros serviços essenciais, tais como crédito, provisão de insumos e comercialização.

Entre as variadas funções de assistência técnica estão a capacitação dos colonos, a incorporação de avanços tecnológicos, a capacitação empresarial, a organização dos produtores, a complementação da ação dos demais serviços e o desenvolvimento da juventude.

Deve contar com uma estrutura específica para atuar na colonização.

O expositor enumerou alguns princípios de ação para a assistência técnica no processo de colonização, que submeteu aos participantes como base para formulação de recomendações específicas.

Digitized by Google

Digitized by Google

Exposição do Tema 7: "Assistência Creditícia em Programas de Colonização". Expositor: Engº Agrº Pedro Merçon Vieira, IICA

Quando um processo de colonização se inicia, ele cria novas empresas, não na verdadeira acepção da palavra, mas com empresários em potencial. Essas novas empresas se caracterizam por apenas dispor das terras nuas. É quase uma base territorial em que o empresário vê pela frente tudo aquilo que ele necessita para organizar uma empresa rural, o que é um processo relativamente mais complexo do que a de uma empresa industrial ou comercial. Este é um aspecto fundamental em crédito agrícola para colonização. O empresário que vem é um empresário normalmente desprovido de conhecimentos tecnológicos e para se tornar realmente um empresário ele precisa ser capacitado. Então, de um lado, nós temos a terra nua e, de outro, o trabalho do colono para organizar esta empresa sem conhecimento tecnológico para praticar uma agricultura racional.

Além das exigências técnicas, o colono está numa área praticamente desprovida de um sistema institucional de suporte a melhores condições de vida. O crédito, para ser eficiente, necessita contar com outros serviços complementares para atuar naquele processo de valorização.

Como se trata de uma transferência - antes as terras pertenciam ao Estado e agora passaram a pertencer, em forma transitória, aos colonos - o aspecto da tenência de terra se reveste de grande importância para efeito de crédito rural.

Esse programa de crédito forçosamente necessita ajustar-se às características deste processo de colonização. Quando um banco se organiza numa área de colonização e o gerente do banco vai atender todas as normas e procedimentos tradicionais na situação da agricultura organizada, a tendência é que esses serviços de crédito não funcionem adequadamente, pois existe a tendência de pulverizar a terra em parcelas pequenas, e este fato obriga o colono a praticar uma agricultura de subsistência. Então ele produz apenas para comer, não tem um excedente de exportação e nem potencial de pagamento para contratar créditos.

Outra dificuldade é a capacidade operativa das instituições de crédito. Como estamos em zonas pioneiras em que ainda

Digitized by Google

Digitized by Google

existem muitos vazios, os Bancos não estão devidamente aparelhados para cumprir suas funções. Então tem deficiência de transporte e na época em que teriam que liberar os recursos, ainda não dispõem dos mesmos; as propostas de crédito vão-se acumulando e perdendo oportunidades de aplicação por incapacidade operativa.

Preconiza-se que os créditos devem estar a cargo de uma entidade bancária, um órgão especializado, que se localize nas áreas de mais serviço.

O crédito serve para incentivar o associativismo. Aspectos de provisão de insumo, de comercialização e de assistência técnica, precisam ser executados. O crédito atua como fonte de financiamento para que, em forma associativa, os colonos possam organizar-se.

Quais os obstáculos principais que podemos apontar quando estamos interessados em desenvolver satisfatoriamente o crédito em uma área de colonização? O primeiro é a inexistência de garantia real. Como os títulos emitidos pelo organismo de colonização normalmente são provisórios e não existem outros bens que sirvam de garantia, fica praticamente impossível conceder empréstimos de inversão baseados exclusivamente em garantia real.

A primeira função de um serviço de crédito agrícola no processo de colonização é que o crédito atue como um meio de capacitar o agricultor em aspectos empresariais.

Outra função do crédito é ser veículo de incorporação de avanços tecnológicos.

O crédito atua também como fator de aceleração da capitalização da empresa.

Outra função do crédito é o apoio ao associativismo.

Digitized by Google

Digitized by Google

Exposição do Tema nº 8: "Coordenação Institucional em Programas de Colonizaçao". Expositor: Econ. Jose Irineu Cabral, IICA.

Considera-se este problema como um dos aspectos mais essenciais e importantes em um processo de colonização, uma vez que a coordenação institucional é muito importante, e talvez, a principal responsável pelo sucesso ou insucesso dos projetos.

Os anos de experiência podem indicar quão importante é a Administração em um processo de colonização.

Particularmente, afirma-se que devem ser levadas em consideração algumas características do sistema institucional, como:

1. Produzir uma estratégia dos serviços básicos.
2. Assegurar o estabelecimento de uma estratégia eficiente ao processo.
3. Adequado mecanismo de programação, acompanhamento e avaliação de um processo de colonização.
4. Definição clara de responsabilidades nos serviços.
5. Facilitar a participação dos beneficiários no processo de institucionalização.
6. Os serviços devem contar com ajustes necessários no decorrer do programa.
7. Os custos de operações dos serviços são importantes em razão do investimento maciço do governo com o processo colonizador.

São tres os Sistemas Institucionais no Processo de Colonização:

a. Centralizado

b. Misto

c. Sistema de co-participação

Digitized by Google

Digitized by Google

No sistema centralizado, a vantagem maior é a centralização do comando, com muitas desvantagens, como: a tendência ao paterna - lismo; aumento de despesas; debilitação da qualidade de serviço; redução da margem de participação.

No sistema misto, o processo justifica-se em alguns casos. Neste sistema a assistência creditícia deverá continuar na casa bancária.

O sistema de co-participação apresenta desvantagens, como a desarticulação direta, mudança de dirigentes ou até mudanças de estruturas da própria empresa, e vantagens como: custos mais baixos, melhor serviço, facilidade de mútuo controle do serviço, comprometer maior número de organismos, maior descentralização a nível de execução e a mais efetiva participação do beneficiário.

No documento em pauta, recomenda-se:

Nas condições amazonicas, a colonização deve adotar o sistema de co-participação e um sistema de coordenação a nível nacional, porque, em geral, não existe órgão com autoridade suficiente para a total execução do Programa.

Este mecanismo coordenador deverá ser integrado pelas diferentes instituições com responsabilidade no programa e atuar a níveis de execução e direção, exercendo ainda as funções de:

a. fornecimento de subsídios para programação de atividades;

b. acompanhamento da execução dos programas e projetos, indicando suas imperfeições;

c. eliminar as principais ou eventuais dificuldades da articulação;

d. atuar como intermediário entre as instituições participantes;

e. fornecer subsidios para a avaliação do programa ou projeto.

Recomenda-se, ainda, que além do sistema institucional deve-se dispor na organização administrativa do Projeto de um sistema capaz de aplicar métodos e procedimentos, de maneira que possa avaliar, de maneira geral, o [illegible] de colonização.

Digitized by Google

Outras recomendações do documento apresentado, são as seguintes:

a. deverá o governo definir as responsabilidades das entidades participantes no programa, na razão direta da estratégia, dos objetivos e das metas previamente estabelecidas;

b. as entidades que participam do programa devem elaborar em conjunto e realizar, sistematicamente, atividades de capacitação de pessoal, de acordo com as necessidades do programa;

c. essa articulação interinstitucional deverá ser formalizada oficialmente, através de convênios ou acordos. Não será obstáculo a participação de mais de uma instituição em um só convênio ou acordo, desde que fiquem bem caracterizadas as responsabilidades;

d. deverá existir sistema de controle e de informação em cada entidade, com critérios, métodos e procedimentos compatíveis com as unidades que integram o processo colonizador;

e. é importante que o fluxo financeiro seja contínuo, para que não haja solução de continuidade no programa;

f. cada instituição deverá elaborar, anualmente, sua programação operacional dos projetos de colonização, levando sempre em consideração os subsídios fornecidos pelo grupo de coordenação interinstitucional.

Digitized by Google

Digitized by Google

ELABORAÇÃO DAS CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

No dia 9 de novembro os participantes dividiram-se em tres grupos de trabalho para a análise dos temas do Documento Básico e formular conclusões e recomendações específicas.

A seguir se detalham os temas estudados por cada grupo, bem como sua composição e seus coordenadores e relatores:

GRUPO I:

a. Pesquisa Agrícola na Amazônia

b. Alternativas de Uso dos Solos. Sugestões para Pesquisa em Manejo de solos.

Coordenador: José Corbera

Relator: Rufo Bazán

Participantes: Newton V. Cordeiro

Chyoso Hirano

Paulo de T. Alvim

Fernando Suárez de Castro

David Penny

José Carlos da Costa Martins

Geraldo Dalette Pinto de Lima

Manuel O. Posnanski

Euro Tourinho Filho

Sérgio da Fonseca Dias

Plínio Francisco Hahn

José Luiz Viana do Couto

Antônio da Silva Costa

Alfredo Oyama Homma

Digitized by Google

Digitized by Google

GRUPO II:

a. Infraestrutura . Viária

b. Planejamento Físico

Coordenador: Jaime Román

Relator: Erasmo José de Almeida

Participantes: Cristobal Unterrichter

Carmen Luisa Aubey

Hugo L. Diaz Cadena

Albertina Fortuna de Oliveira

Paulo Henrique da Paixão e Silva

Dorremi Oliveira

José Abelardo Ganem

Edson Luiz de Senna Muniz

Hélio Palma de Arruda

José Geraldo da Cunha Camargo

Everton de Almeida

GRUPO III:

a. Organização da Produção e Comercialização

b. Serviços de Assistência Técnica

c. Assistência Creditícia em Programas de Colonização

d. Coordenação Interinstitucional em Programas de Colonização

Coordenador: Luiz Augusto Fernandes

Relator: Pedro Merçon Vieira

Digitized by Google

Digitized by Google

Participantes: Augusto Donoso Echegoyen

José Irineu Cabral

Arnaldo Veras

Juan B. de Pawlikowski A.

Miguel Angel Ramirez

Francisco Targino de Siqueira

Bento Cardoso Patto

Luiz José Maria Irias

Antônio Carlos Aragão Nunes

Maria de Lourdes Sarlo Mahlinscky

José Gerardo Fontelles

Carlos Fernandes

Melânio Domingos do Nascimento

Beunilde Távora Capela

Raimundo Nonato de Souza Campos

Hélio Marinho de Azevedo

Carlos Alberto Carodo

Guilherme Fernandes de Azevedo

Luiz Pereira de Moraes

Paulo Reis Pereira

Dayse de Nazaré Medeiros de Oliveira

Luiz Alberto Lavôr Benigno

Osmar Moreira da Silva

Digitized by Google

Digitized by Google

José de Ribamar Oliveira

Fernando Alberto de Lima e Silva

Eduardo Soeiro de Souza

José Luiz Fernandes Ribeiro

Lourival Pires Fraga

Lourival Patrocínio Silveira

Terminado o trabalho dos grupos, realizou-se uma sessão plenária ao final da tarde, na qual foram lidas e discutidas as recomendações dos grupos. Nomeou-se finalmente um comitê de redação com o propósito de dar redação final às recomendações.

Digitized by Google

Digitized by Google

VISITA AOS PROJETOS DE COLONIZAÇÃO DA TRANSAMAZÔNICA

Terminados os trabalhos em belém, os participantes do Seminário, em avião especial, viajaram para Altamira, um dos principais centros de operações do processo de colonização da Transamazônica. Recebidos pelo Presidente do INCRA, Dr. José Francisco de Moura Cavalcante, pelo Chefe do Projeto Altamira I, Dr. Bayma, e vários técnicos locais, os participantes do Seminário iniciaram uma longa visita às instalações, obras de infraestrutura e serviços já em funcionamento. Destacam-se as visitas às Agrovilas e à Agrópolis instaladas. A comitiva percorreu 112 quilômetros da estrada Transamazônica, tendo oportunidade de conhecer os sistemas de assentamento ao longo da rodovia e as facilidades físicas construídas, ou em fase de instalação. Famílias e lotes de colonos foram visitados, além da área que está sendo preparada para a implantação da usina de açúcar de 500.000 sacos para uma primeira etapa. Na noite do dia 10, no Clube dos Funcionários do INCRA foi realizado um debate informal entre participantes, o Presidente e técnicos do Projeto Altamira I, sobre a implantação e funcionamento do processo de colonização na Transamazônica. Pela manhã do dia 11, no mesmo local, realizou-se uma exposição detalhada do sistema de Agrovilas, Agrópolis e Rurópolis preconizado pelo INCRA. Materiais audio-visuais foram usados para explicar os modelos apresentados. Uma rápida visita foi feita à cidade de Altamira, às margens do Rio Xingú. Os participantes ficaram hospedados no Motel do INCRA.

Digitized by Google

Digitized by Google

SESSÃO DE ENCERRAMENTO

Às 12 horas do dia 11 de novembro de 1972, em Altamira, Pará, reuniram-se os participantes do Seminário para a Sessão de Encerramento da Reunião.

Em primeiro lugar, a Engenheira Carmen L. Aubey, Representante da venezuela, agradeceu em nome dos participantes, a hospitalidade que lhes fora brindada, assinalando a importância do que foi conseguido no Seminário e a conveniência de incrementar o intercâmbio e as reuniões de trabalho dos técnicos dos vários paises interessados na colonização da Amazônia.

Logo, o Engº Enrique Blair informou sobre as atividades da Comissão designada para redigir uma introdução que sirva de preâmbulo às Conclusões e Recomendações do Seminário.

O Econ. Irineu Cabral leu o Preâmbulo, as Conclusões e Recomendações do Seminário sobre Sistema de Colonização na Amazônia, no qual, em síntese, apresenta-se uma curta história da colonização na América Latina, explicando a forma como as zonas tropicais foram ficando desabitadas. Recordam-se as razões, tanto sociais como econômicas e políticas pelas quais é agora imperativo conquistar a Região dentro de uma ordenada e séria estratégia, para por esta imensa área tropical a serviço do homem. O documento coloca grande ênfase no aspecto humanístico deste processo de colonização, assinalando a necessidade de baseá-lo em pesquisas agrícolas e socio-econômicas, na organização de empresas associativas que estimulem a solidariedade entre os colonos e os incentivem no melhoramento integral deles e de suas famílias.

Por último, reiterou a necessidade de contar com um mecanismo eficiente de coordenação do processo colonizador.

O Presidente de INCRA, Dr. José Francisco de Moura Cavalcante, em nome do Ministro da Agricultura, Dr. Luis Fernado Cirne Lima, declarou encerrada a Reunião.

O presidente do INCRA em suas palavras de encerramento, lembrou que a conquista do Amazonas que agora está sendo empreendida, é muito mais que uma empresa de simples caráter econômico já que se orienta para a integração de um País e a liberação de um homem que tem direito a viver com dignidade, visando que seus

Digitized by Google

Digitized by Google

filhos tenham abertas as oportunidades de uma sociedade pujante e livre. Nesses termos, o fator econômico não é o único determinante das ações do Brasil na Amazônia senão o ideal de criar uma sociedade de homens livres, solidária e dinâmica.

Relatou a epopéia da conquista amazônica, salientando o grande esforço conjunto do Governo, dos técnicos e dos beneficiários da colonização naquele Projeto e nos 15 outros em outras fases de implantação na Região. Destacou, por fim, a colaboração e o intercâmbio de experiências dos paises que compõem a Bacia Amazônica.

Sendo uma hora da tarde, terminou a sessão de encerramento do Seminário.

Digitized by Google

Digitized by Google

Digitized by Google

IICA

Digitized by Google